

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA



Orientadora: Prof^ª Dr^ª Márcia Angelina Alves

São Paulo
Junho de 2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

OS ALDEAMENTOS DE AGRICULTORES CERAMISTAS:
O CASO DO GO-JA.³³ SÍTIO JAGUARUNDI, SUDOESTE GOIANO

Linha de pesquisa: Artefatos e cultura material: significados e potencialidades

Candidato: Luis Henrique Albernaz Sirico
Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Angelina Alves

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Arqueologia do Museu de
Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo, como
exigência parcial para a obtenção do
título de Mestre em Arqueologia.

São Paulo
Março de 2010

À Tiné.

Agradecimentos

À Prof^a Dr^a Márcia Angelina Alves por ter aceitado me orientar no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pela sua orientação verdadeira e presencial, pelo apoio incondicional a minha estadia nessa cidade nem sempre acolhedora, pelas discussões construtivas e pela amizade.

À Prof^a Dr^a Dilamar Cândida Martins, do Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico e do Departamento de Ciências Sociais, ambos da Universidade Federal de Goiás, por abrir caminhos para trilhar meus desejos, pelo apoio sempre incondicional, os conselhos sinceros, a simplicidade e as conversas bem-humoradas.

À Prof^a Dr^a Judite Ivanir Breda, com quem fiz minhas primeiras discussões na área arqueológica; por sempre, pacientemente, ter me auxiliado nos primeiros passos dentro dessa disciplina.

À Prof^a Dr^a Dominique Tilkin Gallois, pela disposição em participar da banca de Qualificação de um trabalho em Arqueologia e por trazer inúmeras contribuições para a discussão parcialmente apresentada nessa Dissertação, e que será fulcro central de um possível Doutorado.

À Prof^a Dr^a Sandra Maria Christiani de La Torre Lacerda Campos, pelo entusiasmo demonstrado por essa pesquisa, sempre de forma solícita contribuindo, incentivando e levantando novas curiosidades.

Ao Prof. Dr. Evaristo Pereira Goulart, pelas discussões em sala de aula e pela análise das lâminas ceramológicas.

À Ms. Mírian Liza Alves Forancelli Pacheco, por ser essa pessoa caridosa que estende a mão sem querer nada em troca, pela ajuda imensa na análise, interpretação e registro visual do material arqueofaunístico do sítio Jaguarundi.

Aos professores do Museu de Arqueologia e Etnologia, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, pelas disciplinas ministradas, que, com certeza, em algum momento vieram a acrescentar este trabalho.

Ao amigo e fotógrafo Veter Quirino, por ter cedido as fotos utilizadas nesse trabalho, pelo companheirismo no laboratório e em campo.

Aos amigos do Laboratório de Arqueologia do MA/UFG, Paulo, Bolívar, Weylla, Tatiana, Ludimília, Rute, Sheila e Cleomar, seja em campo ou em laboratório, pela ajuda solícita sempre que fosse necessária e pelas conversas animadas que fazem os problemas desaparecerem.

Ao Wilson Soares, pela disposição em realizar os desenhos em nanquim do material faunístico e malacológico.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos funcionários do MAE/USP, principalmente os da Biblioteca e os da Seção Acadêmica, pela solicitude e bom humor, em especial à Vanusa, Heloísa, Eleuza, Luís Carlos, Seu Marinho e Seu Nicácio.

Aos meus tios, Arlindo e Nadir, pela solidariedade e prontidão ao me receberem em São Paulo, sempre dispostos a oferecer estadia e alimentação.

Ao grande amigo Eduardo Cabral, pela amizade e por ter me apresentado essa cidade, por ter aberto sua casa e pela generosidade despendida sempre que precisei.

Aos amigos novos e antigos, daqui e de lá, que sempre torceram para a realização dessa conquista, pela amizade saudosa e pela que ainda virá.

E, à minha família, pelo incentivo, apoio e suporte financeiro.

Resumo

Esse trabalho busca compreender como ocorreu a ocupação do sítio Jaguarundi, com ênfase no estudo das escolhas técnicas inseridas na confecção dos artefatos arqueológicos, da paisagem arqueológica, da dieta alimentar e do padrão de assentamento. Procura-se estudar comparativamente os dados arqueológicos, históricos e etnográficos da região de modo a elucidar sobre o processo histórico do contexto de ocupação e as dinâmicas sócio-culturais empreendidas pelas populações que ali se estabeleceram, para tanto o estudo se centrou na identificação das estruturas arqueológicas para que elas possam ser utilizadas na construção de um modelo analítico para ser empregado em futuras análises de sítios similares.

Palavavras-chave: tecnologia; aldeia circular; vale do rio Verde; sudoeste goiano; Goiás.

Abstract

This work aimed at finding out how happened the occupation of the Jaguarundi site, with emphasis in the study of the technical choices inserted in the manufacture of the archaeological artifacts, of the archaeological landscape, of the alimentary diet and settlement pattern. Aiming for the comparative study of the archaeological historical e ethnological data of the region, escheating a elucidation about the historical process of the settlement context and the socio-cultural dynamics ocasionated by the established populations, for this the research centers in the identification of the archaeological structures for the construction of a analytical model for future comparative analyses in similar sites.

Key-words: technology; ring villages; Verde river valley; southwest of Goiás; Goiás.

Sumário

Considerações iniciais, 1

Capítulo 1

Pressupostos teóricos-metodológicos e técnicos, 3

Capítulo 2

A história dos índios e a história indígena na região do sudoeste goiano, 21

Capítulo 3

Ambientação, registro arqueológico e cronologia, 44

Capítulo 4

Tipologia da cultura material cerâmica, 85

Capítulo 5

Tipologia da cultura material lítica, 116

Capítulo 6

Tipologia da cultura material faunística e malacológica, 140

Considerações finais, 168

Referências bibliográficas, 171

"(...) Recria tua vida,
sempre, sempre,
Remove pedras
e planta roseiras
e faz doces,
Recomeça."
(Cora Coralina)

Considerações iniciais

A presente dissertação de Mestrado resulta de um estágio por nós realizado no Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, o estudo busca compreender a ocupação da aldeia circular, denominada sítio Jaguarundi, de modo a evidenciar as estruturas por ela apresentadas. E, trabalhar com a possibilidade de levantar dados para comparação e, se possível, estabelecer uma correlação com os Cayapó (ocupantes imemoriais do sul de Goiás, Triângulo Mineiro, leste do Mato Grosso e norte de São Paulo) associado a análise tipológica da cultura material cerâmica e lítica, e interpretação dos restos alimentares evidenciados no local.

Esta pesquisa tem como referência o trabalho etnográfico de Odair Giraldin (1997) e as pesquisas arqueológicas de Schmitz (1975), Margarida Andreatta (1982), Irmhild Wüst (1983), e Robrahn-González (1996). O estudo do padrão de assentamento e da cultura material teve como referêncica aldeias pré-coloniais, filiadas à tradição Aratu, fase Mossâmedes, implantadas na configuração do estado de Goiás, presentes nos trabalhos acima mencionados.

O trabalho possui, indiretamente, o intuito de discutir como se dá a questão do entendimento para a Arqueologia do que são tradições e fases. E, numa tentativa de substituir essas categorizações por categorias analíticas que possam dar mais resultados para a interpretação do registro arqueológico.

Para tanto, nós utilizamos dos conceitos de *abordagem sistêmica e fato social total* de Marcel Mauss, do *habitus* de Pierre Bourdieu e das *dinâmicas sociais* de Georges Balandier.

Os dados obtidos por meio sítio Jaguarundi procuram fornecer subsídios para estabelecer uma comparação com a produção de conhecimentos de sítios localizados na área do sudoeste goiano, com características semelhantes relacionados aos padrões de assentamento e cultura material.

A pesquisa aqui apresentada foi dividida em seis capítulos e nas considerações finais.

No capítulo 1, foram apresentados os aportes técnicos que delimitaram o trabalho. São abordados os principais teóricos que fundamentaram os estudos de

tecnologia (Mauss, Leroi-Gourhan), as noções de cadeia operatória (Balfet), as escolhas técnicas e os sistemas tecnológicos (Lemonnier), bem como os modelos estruturalistas (Lévi-Strauss), as noções de habitus e campo (Bourdieu), as perspectivas do particularismo histórico (Boas) e as dinâmicas sociais (Balandier). Da mesma forma, são discutidos os principais autores que nortearam a metodologia empregada em campo.

No capítulo 2, é apresentada a contextualização historiográfica e etnográfica da área de pesquisa, de modo a evidenciar um grande número de informações bibliográficas coletadas e organizadas de modo a fazer um arcabouço do panorama histórico da região. Os dados obtidos a partir de viajantes e cronistas nos fornecem os primeiros relatos escritos sobre as populações indígenas que habitavam essas localidades, já a partir do século XVI. O período pré-colonial também é contemplado a partir da revisão bibliográfica dos estudos arqueológicos já realizados na área. Esse capítulo teve como objetivo traçar uma linha de acontecimentos históricos, onde seria posteriormente incluído o momento no qual se encontra o sítio Jaguarundi.

O capítulo 3 preocupou em mostrar a ambientação da região que abrangia a área de pesquisa, com a caracterização da geologia, geomorfologia, hidrografia, clima, vegetação e uso do solo, elementos fundamentais para a compreensão das escolhas de assentamento. E, ainda, esse capítulo abarca a espacialidade e temporalidade do sítio, apresentando as intervenções realizadas no local e a cronologia obtida para o mesmo.

No capítulo 4, é apresentado o método de análise laboratorial do material cerâmico empregado e, seqüencialmente, as análises obtidas a partir da classificação tipológica. Os resultados foram utilizados para guiar as interpretações sobre os desdobramentos temporais e espaciais ocorridos no assentamento.

O capítulo 5, apresenta o método e a discussão dos dados da classificação tipológica dos objetos de origem lítica.

Para o capítulo 6, foi proposta a interpretação dos vestígios arqueofaunísticos, que estabeleceram dados para entender a dieta, que tem com base as fontes animais. Dados sobre a quantificação dos restos alimentares possibilitaram a compreensão da parcela que esse tipo de alimentação atingiu na aldeia.

Nas considerações finais, são apresentadas as conclusões das interpretações realizadas ao longo do trabalho, procurando discutir as contribuições, os limites, as expectativas e as possibilidades que este estudo criou.

Capítulo 1

Pressupostos teóricos-metodológicos e técnicos

Neste capítulo serão delimitados os aportes teóricos que delinearão o desenvolvimento dessa pesquisa, das intervenções no sítio arqueológico até a interpretação dos dados empíricos levantados em campo e laboratório. Apresentaremos a concepção da Arqueologia social (apresentada por Gordon Childe, e tendo sua continuidade nos estudos latino-americanos de Luis Felipe Bate, Iraidá Vargas-Arenas, Mario Sanoja Obediente, Luis Guilherme Lumbreras, Oscar Manuel Fonseca-Zamora, entre outros), da Arqueologia etnográfica-estruturalista (com os conceitos discutidos por Leroi-Gourhan), do Particularismo histórico (proposto por Franz Boas), da Antropologia das técnicas (centrada nas discussões de Marcel Mauss – técnicas corporais –, Hélène Balfet – cadeia operatória –, e Pierre Lemonnier – escolhas técnicas e sistemas tecnológicos), do *habitus* (na acepção de Pierre Bourdieu) e das Dinâmicas sociais (no entendimento de Georges Balandier).

O Culturalismo na Arqueologia

O conceito de *cultura*, a partir da década de 60, passa a receber destaque nos estudos de Psicologia, e logo em seguida adentra os caminhos das disciplinas das Ciências Sociais e de outras disciplinas das Ciências Humanas (Fernández Martínez, 1993).

Os primeiros esforços partem do *Evolucionismo cultural*, com autores como William Johnson Sollas e Christian Jürgensen Thomsen, buscando sempre traçar uma linha da evolução/progresso da cultura. Entendendo essa concepção utilizada nesse momento como uma única cultura geral que todos os povos compartilhavam. E, deste modo, procurando estabelecer estágios evolutivos que caracterizariam as inúmeras etapas as quais as sociedades humanas teriam que passar de acordo com categorizações por meio da organização social e do desenvolvimento tecnológico (Trigger, 1989; Fagan, 1992; Fernández Martínez, 1993; Fernandes, 2001).

As primeiras definições clássicas de *cultura* aparecem com Edward Tylor e Franz Boas, sendo a cultura nessas definições representada pela cultura material e não material (Souza, 1997).

Boas funda o método indutivo e intensivo de pesquisa de campo, executando pesquisas *in loco*, desse modo, desenvolvendo o método etnográfico (Moura, 2000; Alves, 2009). O antropólogo revisa alguns conceitos trabalhados por Tylor, acrescentando a questão dos *hábitos* encontrados em cada ator e não no todo (Kroeber e Kluckhohn, 1952; Fernandes, 2001).

Desenvolvendo assim um método único de interpretar culturas em uma perspectiva particular e histórica. Essa visão boasiana historicista da cultura ficou conhecida como *Particularismo histórico*, centrado principalmente em um método indutivo e intensivo de pesquisa de campo, tendo como base primordial os dados empíricos para compreensão da totalidade (Cucho, 1999; Castro, 2006; Stocking Jr., 2004; Moura, 2000; Alves, 2009).

Leroi-Gourhan adotou o método indutivo e intensivo de campo, com o desenvolvimento de campanhas anuais de campo com o objetivo de evidenciar o solo arqueológico para ele revelar o cotidiano de populações extintas e ágrafas do Paleolítico ao Neolítico, tendo como referência três conceitos fundamentais da antropologia: espaço, tempo e cultura em uma perspectiva de dinâmica sócio-cultural (Alves, 2006) (Alves, 2009).

Tylor contribui também, com o seu *Método comparativo*, no qual as evidências arqueológicas pré-históricas ofereceriam subsídios para as pesquisas antropológicas (Tylor, 1980). Gordon Childe é influenciado pelas pesquisas de campo realizadas por Boas e pelo método proposto por Edward Tylor; com a publicação de sua obra *The Dawn of European Civilization* (1925), desenvolveu o que ficou conhecido como *cultura arqueológica* (Trigger, 1989; Fernández Martínez, 1993; Fernandes, 2001).

A maioria do que foi produzido nos anos posteriores, até o final da década de 50, foi inspirado de alguma forma na visão de cultura (...) [de Boas, Tylor e Childe]. Grahame Clark foi o pioneiro ao analisar pólen em pesquisas pré-históricas europeias (Clark, 1974). Leslie White e Julian Steward, incentivados por novas tecnologias, acreditaram que o *sistema cultural* é fruto de um processo adaptativo do homem com o meio-

ambiente. Inauguraram o que foi chamado de *Ecologia cultural* (Trigger, 1989; Fagan, 1992) e foram os pioneiros a trabalhar com a idéia de *Teoria dos sistemas*, uma das pilastras das abordagens que viriam posteriormente (Fernandes, 2001).

Nos Estados Unidos emergem uma corrente de pesquisadores que buscam entender os processos que explicam as *mudanças culturais*, sendo assim, estavam interessados em procurar por leis gerais que regiam a cultura. Seguindo uma corrente *Neo-evolucionista*, esse movimento ficou conhecido como *Arqueologia processual* ou *Nova Arqueologia*, tendo como principal expoente Lewis Binford.

Binford (1962) formulou o conceito de *similaridades culturais*, as quais seriam regularidades que todos os indivíduos humanos compartilhavam. Acreditava assim que dentro dos *sistemas culturais*, as mudanças eram acarretadas por fatores externos e não-culturais, de modo a fazer com que o sistema se adaptação às pressões alienígenas (Fernandes, 2001).

A Arqueologia Social Latino-Americana é a que mais procura discutir a questão de um conceito de *cultura* para a Arqueologia. De acordo com Vargas Arenas (1988) existe uma preocupação em se criar um conceito que seja objetivo, por meio de um *sistema de categorias*, esse sistema permitiria o entendimento das relações existentes entre processo social e a cultura material (Fernandes, 2001).

Existe uma retomada de conceitos marxistas por os representantes da Arqueologia social latino-americana, relacionando as questões sobre o objeto, sujeito, sociedade e cultura. Sendo concebida como uma ciência social histórica, a Arqueologia, passa a enxergar o passado anterior à Conquista como história antiga, quebrando com as categorizações européias que não fazem sentido para a América Latina. Deste modo, os estudos centram-se no modo de vida, o modo de produção, organização social, formação cultural (Vargas Arenas, 1988; Bate, 1989, Alves, 2009).

Busca-se então definir as particularidades culturais, que se configuram nas soluções históricas apropriadas durante o embate de uma sociedade com os seus problemas gerais. Sendo assim, qualquer elemento que possa indicar a intervenção humana pode fornecer elementos para a interpretação arqueológica.

Essa questão configura a Arqueologia como uma ciência interdisciplinar, que busca se apropriar de noções tanto das *Ciências humanas e sociais*, como também das *Ciências naturais e da terra*.

Sendo assim, a cultura material em si, torna-se um de muitos outros elementos que podem ser utilizados na compreensão dos assentamentos pré-coloniais. A *diversidade cultural* está associada a fatos históricos e geográficos específicos, que são inerentes a cada assentamento e que variam de um para outro, e de como o grupo interage com essas variações históricas e geográficas (Tylor, 1980; Vargas Arenas 1986; Bate, 1989; Junqueira, 1991; Morais, 1999/2000; Fernandes, 2001).

A Arqueologia brasileira

A arqueologia brasileira pode ser considerada, ela própria, objeto de estudo daqueles que procuram historiar sua trajetória, pois verificamos aqui a presença de diferentes tendências e pressupostos teórico-metodológicos que perpassam o fazer arqueológico no Brasil desde o início da década de 50 do século XX, quando recebeu duas fortes tendências vindas do exterior.

Na segunda metade da década de 50 o geógrafo e arqueólogo francês Joseph Empereire, juntamente com sua esposa Annete Laming-Empereire, inaugurou a longa trajetória de intercâmbios entre o Brasil e a França, com as escavações do Sambaqui Maratuá (Cubatão, São Paulo). Pouco menos de uma década depois, Niéde Guidon e Luciana Pallestrini deram continuidade às pesquisas em sambaquis do litoral paulista e, mais importante, deram continuidade à metodologia de campo iniciada pelo casal Empereire, seguindo elas mesmas a tradição francesa cujo expoente máximo foi André Leroi-Gourhan.

Pouco tempo depois os pesquisadores foram se deslocando para o interior e em São Paulo as duas principais pesquisas intensivas e sistemáticas se localizaram às margens do rio Paranapanema (Pallestrini, 1970) e no município de Rio Claro (Beltrão, 1974).

A contribuição norte-americana para a arqueologia brasileira fez parte de outro contexto, desenvolvido no interior da Ecologia Cultural e que visava estabelecer um modelo cultural de desenvolvimento da América do Sul, proposto por Steward (Neves, 1999-2000). Por este motivo não se restringiu somente a pesquisas nacionais. Baseadas no Método Ford (Ford, 1962) e na Sieriação, as primeiras pesquisas foram desenvolvidas no Peru por James Ford e logo depois na Amazônia por Clifford Evans e Betty Meggers, ainda no final da década de 40.

Na década de 60, preocupados com o isolamento do imenso território do interior do Brasil, em sua maioria ainda não explorado arqueologicamente, a atuação norte-americana passou a ser feita com base em organizações de seminários para treinamento de arqueólogos nacionais, baseado no Seminário de Ensino e Pesquisa que havia sido feito em 1961 por Ford na Colômbia.

O primeiro Seminário brasileiro aconteceu em 1964 em Paranaguá, no qual o Conselho Nacional de Pesquisas da Universidade do Paraná, a CAPES e o Smithsonian Institution foram os órgãos responsáveis pela captação de recursos vindos de instituições nacionais e o apoio a novos pesquisadores. Nestes seminários, organizados por Evans e Meggers, que aconteceram até o ano de 1970, o objetivo principal era o de realizar um mapeamento dos sítios pré-históricos em determinadas áreas do interior. Desta forma seria possível identificar, por meio dos vestígios cerâmicos coletados e das datações realizadas por C14, qual o raio X das ocupações, movimentações e rotas migratórias vistas na pré-história da América do Sul.

De acordo com Alves (2009),

Este programa teve como objetivo principal mapear a arqueologia pré-histórica brasileira – para reconstruir o seu desenvolvimento e seqüência cultural, detecção de rotas migratórias, difusão no continente sul-americano, arqueologia concebida como (e na) “área marginal” (conceito de Julian Steward, 1938, na configuração das três áreas culturais do continente americano: nucleares, intermediária e marginal); os trabalhos de campo basearam-se em pesquisas *extensivas* centradas na realização de “surveys”, prospecções em vales de rios extensos, para encontrar e coletar vestígios arqueológicos, principalmente cerâmicos (estes concebidos como indicadores de etnicidade), com a execução de pouquíssimas sondagens, cujos resultados estabeleceram “tradições” e “fases” arqueológicas, tendo como fulcro interpretativo a *Biologia*, centrada na classificação *taxonômica* – evolucionista de George Gaylord Simpson, 1961 (apud Meggers e Evans, 1970), na classificação por *seriação quantitativa* de James A. Ford (1962) e também baseada em indicadores de fósseis-guia.

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA – como foram denominados estes seminários, foi o responsável pela criação das tradições e fases da pré-história brasileira.

a forma como essas categorias foram usadas em terreno brasileiro, identificando variantes culturais ou étnicas a uma determinada distribuição de artefatos no tempo ou espaço, se assemelha mais às práticas do difusionismo cultural europeu do que ao neo-evolucionismo americano (BARRETO, 1999-2000, p. 45).

E ainda, é fundamental rever o uso de tais categorias, ainda um tanto ambíguas, quanto ao tipo de unidades sócio-culturais que designam (BARRETO, 1999-2000, p. 45).

Apesar do PRONAPA ter sido apresentado como um Programa organizado em conjunto com os interesses dos pesquisadores brasileiros, percebe-se claramente que as pesquisas que foram desenvolvidas estavam dirigidas no sentido de resolver questões, sobretudo, de interesse dos pesquisadores americanos. Esse interesse está refletido nos problemas relativos aos movimentos migratórios e às rotas de difusão do período pré-europeu no território nacional. A participação dos nossos pesquisadores nessa iniciativa foi importante na medida em que mostra que a origem desse Programa baseava-se nas necessidades de uma pesquisa específica. Sendo assim, para compreender o desenvolvimento dos trabalhos na arqueologia brasileira nas décadas de cinquenta e sessenta, é essencial compreender quais eram os objetivos dessas pesquisas, e da mesma forma, é importante compreender o quadro técnico teórico no qual eles foram formulados (OLIVEIRA, 1991, p. 51).

Influenciados pela *Ecologia cultural*, Clifford Evans e Betty Meggers buscam inspiração no *Neo-evolucionismo* de Leslie White e Julian Steward, no *Funcionalismo* discutido por autores norte-americanos, que abarcam a utilização de interpretações baseadas no *Determinismo*.

O conceito de *cultura* defendido por Franz Boas sofre uma contraposição com a idéia defendida por Leslie White, no qual cultura era visto como um sistema adaptativo do homem ao meio-ambiente circundante (Kaplan e Manners, 1981).

Apesar de o PRONAPA adotar o caráter do neo-evolucionismo propagado por autores norte-americanos, tendo como características também as interpretações difusionistas e deterministas, ele recebe influências da Arqueologia processual.

Wiley e Phillips (1958) são os primeiros a propor as categorias de *tradições e fases*, para a interpretação arqueológica. Muitas vezes o termo *tradição* é entendido por diversos autores como *costume*, esses conceitos são utilizados de forma ambígua, sem um entendimento dos próprios autores de como os empregaram.

Segundo o manual de arqueologia editado por Chymz (1976, p. 131, 145) encontramos as seguintes definições: (a) *tradição*: “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal”; e, (b) *fase*: “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc, relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios”.

A denominada tradição na Arqueologia, não se assemelha a nenhuma outro uso do conceito nas Ciências Humanas, podendo ser entendida aqui, nesse contexto como uma forma de definir atributos recorrentes (principalmente, decoração plástica, pintura, forma dos vasilhames e antiplástico), que poderiam identificar unidades sociais pré-históricas que poderiam ser comparadas aos grupos indígenas atuais.

A abordagem sistêmica

A comunicação apresentada por Marcel Mauss apresentada à *Société de Psychologie* em 17 de maio de 1934, intitulado *Les techniques du corps*, e publicada no ano seguinte, foi o grande estopim para o reconhecimento do corpo como um instrumento. *O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. O mais exatamente, sem falar de instrumento, o primeiro e mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico do homem é seu corpo* (Mauss, 1972, p. 217). É, assim que são reconhecidas, as denominadas técnicas corporais.

Além da sistematização do conceito, que até para o referido autor, se tornava parte de uma inquietação pessoal, ele já propunha a importância de se fazer uma teoria da técnica corporal; feita a partir de um estudo, de uma exposição, de uma descrição das técnicas corporais (Mauss, 1972). *Entendo por essa palavra as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos. Em todo caso, é preciso proceder do concreto ao abstrato, e não inversamente* (Mauss, 1972, p. 211).

Existe certa curiosidade sobre o assunto, mas poucos autores antes de Mauss tentaram esboçar trabalhos sobre a utilização do corpo pelas sociedades. Segundo

Lévi-Strauss (1974), as disciplinas corporais são consideradas unicamente pelos etnólogos de forma a elucidar os mecanismos que modelam os indivíduos à sua imagem. É só com Mauss que a Antropologia passa a perceber a necessidade e o potencial de se estudar o uso que dão os seres humanos a seus corpos.

Como técnica, Mauss (1972) entende um ato ao mesmo tempo tradicional e eficaz (e, não é diferente de um ato mágico, religioso ou simbólico). O ato vai se referir primordialmente, aos movimentos corporais. O tradicional significa que esses movimentos foram passados de tempos remotos até o presente, e ainda mantidos na cultura corporal. E, eficaz porque se espera que o movimento executado tenha alguma ação no mundo material. *Cada técnica, cada conduta tradicionalmente aprendida e transmitida, fundamenta-se em certas sinergias nervosas e musculares que constituem verdadeiros sistemas, solidários com todo um contexto sociológico* (Lévi-Strauss, 1974, p. 4). Para Lemonnier (1976, 1983, 1986, 1992) por trás de cada técnica existe uma rede de esquemas mentais adquiridos por meio da tradição e pela preocupação de como as funcionam, como são feitas e como são usadas, essas representações sociais das tecnologias se caracterizam em um fenômeno material.

Considerando que exista uma construção cultural do corpo, definido e colocada em prática em virtude das especificidades culturais de cada sociedade, de acordo com Marcel Mauss (1972), o conjunto de hábitos, de costumes, de crenças, e de tradições que caracterizam uma cultura também vão se referir ao corpo.

(...) trata-se aqui de um patrimônio comum e imediatamente acessível a toda a humanidade, de um patrimônio cuja origem repousa no fundo dos milênios, cujo valor prático permanece e permanecerá sempre atual e cuja disposição geral, mais do que outros meios, por ter a forma de experiências vividas, permitirá que cada homem se torne sensível à solidariedade, ao mesmo tempo intelectual e física, que o une a toda humanidade (Lévi-Strauss, 1974, p. 5).

E, também, Mauss (1972) já propunha que o corpo é passível de uma análise cultural, já que cada sociedade faz um uso específico do seu corpo; deste modo se configuram uma série de comportamentos que são valorizados em detrimento de

outros, fazendo com que haja um conjunto de gestos típicos de uma determinada sociedade.

A utilização do corpo, a apropriação de gestos técnicos específicos para uma determinada tarefa e a ação sobre a matéria podem ser compreendidos em um processo maior denominado tecnologia.

A tecnologia engloba todos os processos de ação na matéria (Lemonnier, 1992). A tecnologia vai ser a única disciplina etnológica que evidencia uma continuidade total no tempo, ela permite determinar os gestos técnicos considerados humanos e acompanhar seu desenvolvimento até os dias atuais (Leroi-Gourhan, 1971).

Depois do trabalho de Mauss, poucos autores se atreveram a estudar as técnicas corporais, os principais referenciais de pesquisa nessa área são franceses, que continuaram estudando o assunto; no resto do mundo a repercussão não foi tão significativa.

Na maioria dos casos, os sistemas tecnológicos eram somente utilizados em contextos estáticos e que desconsideravam os aspectos sociais da cultura material. Em outros, alguns aspectos sociais eram explorados, onde os sistemas tecnológicos eram reduzidos a definições de forma e decoração de vasilhames.

Existem outros aspectos informativos da cultura material que são deixados de lado pelos pesquisadores, aspectos estes sobre os sistemas tecnológicos, que envolvem escolhas arbitrárias, atos físicos, matérias-primas, e outros elementos que não são somente ditados pela função, mas que integram componentes de um sistema simbólico.

Os estudos sobre cultura material foram deixados de lado, com o aparecimento de outros temas, que supostamente se tornaram mais interessantes para os pesquisadores. Entretanto, os poucos estudos sobre cultura material realizados pouco ou nada informavam sobre a cultura em questão, tratava-se mais de um “coleccionismo” de artefatos, meramente para catalogação em museus de peças recolhidas em campo. Lemonnier (1986) comenta o tratamento dado pelos etnólogos aos processos técnicos, podendo ser de três tipos diferentes: (a) uma análise comparativa que se baseia em uma dimensão sócio-econômica; (b) uma descrição precisa, considerada um fim em si mesma; (c) considerações generalizadas em forma de apreciação vaga sobre a efetividade dos processos na vida social.

Podemos perceber uma não preocupação com fatores importantes da cultura material, uma desvinculação da importância dos processos técnicos quanto elemento formador de informação cultural.

A cultura material é deixada de lado em detrimento de outros temas como parentesco, casamento, política, religião.

Duas abordagens demonstraram interesse em relacionar cultura material e sociedade, conseqüentemente demonstram um interesse pelos sistemas técnicos, são a ecologia cultural e a antropologia econômica de inspiração marxista. Entretanto, essas pesquisas estão mais preocupadas com a cultura material em uma questão da organização sócio-econômica, sem uma preocupação maior com a dimensão social (Lemonnier, 1986).

Essas pesquisas buscam outras utilizações para a cultura material, estão preocupadas em respostas específicas para suas questões e acabam negligenciando uma série de outros fatores que influenciam a dinâmica social. Ambas falham em considerar a dimensão social dos processos tecnológicos no mundo material.

A tecnologia deve ser entendida como um fenômeno social, possuidora de muitos aspectos sistêmicos. Estudos que se concentram unicamente em mostrar os efeitos da tecnologia na sociedade não são pertinentes. Os sistemas tecnológicos devem ser considerados numa perspectiva antropológica mais geral como produção social determinadas no contexto social.

Os artefatos devem-nos informações sobre algo que eles realmente são, isto é, devem informar sobre uma parte do sistema tecnológico no qual estão inseridos.

De acordo com Leroi-Gourhan (1971), os meios mais elementares que os homens dispõem são a prensão, a percussão, o fogo, a água e o ar. E, ainda contextualiza que na atividade humana existem duas espécies de fenômenos de natureza diversa: 1) fenômenos de tendências, que são relativos à própria natureza da evolução; e, 2) os fenômenos de fatos, que estão ligados ao meio em que se verificam.

A tendência tem um caráter inevitável, previsível, retilíneo; é ela que leva o sílex seguro na mão a adquirir um cabo, o fardo arrastado sobre duas varas a munir-se de rodas (Leroi-Gourhan, 1971, p. 24).

Já o fato, inversamente a idéia de tendência

(...) é imprevisível e particular. Tanto é o encontro da tendência com as mil coincidências do meio – isto é, a invenção – como é a adoção pura e simples de um outro povo. É único, inextensível, é um compromisso instável que se estabelece entre as tendências e o meio. A forja, por exemplo, é um compromisso essencialmente plástico entre virtualidades inutilizáveis na prática: fogo, metal, combustão, fusão, comércio, moda, religião, e assim sucessivamente, até o infinito. A permanência da actividade metalúrgica é assegurada pela realidade, independente do tempo e do espaço, de todos estes factores imateriais. A evolução é o tempo que põe à prova o equilíbrio do compromisso expresso pelo facto forja (Leroi-Gourhan, 1971, p. 24).

Segundo o autor (Leroi-Gourhan, 1971), esses dois fenômenos se caracterizam como uma face concreta e outra abstrata de um mesmo fenômeno de determinismo evolutivo.

A partir do emprego dessas duas categorias, as seqüências operatórias ou cadeias operatórias podem ser comparadas.

Um das grandes contribuições de Leroi-Gourhan são a da utilização da análise comparativa, isso estabeleceu um método importante para a análise da variabilidade da cultura material (Lemonnier, 1986).

A tecnologia não é resultante unicamente de fatores físicos, mas de uma série de outros fatores que devem ser considerados e analisados. Para entender isso, é necessário entender como funcionam as escolhas sociais nesse contexto.

Leroi-Gourhan (1985) relaciona inicialmente as técnicas tradicionais com as técnicas corporais maussianas, introduzindo assim, o conceito de *cadeia operatória* nas análises tecnológicas. O instrumento se torna um mecanismo de exteriorização das capacidades tecnológicas e senso-motoras humanas.

O conceito de cadeia operatória, segundo Balfet (1991) pode ser compreendida como o encadeamento das operações mentais e dos gestos técnicos que visam gerar materialmente um projeto preexistente.

De acordo com Balfet (1991), o conceito de cadeia operatória foi inicialmente explicitado por Leroi-Gourhan e Marcel Maget; e, segundo esses autores, seria um encadeamento de fatos, definidos pelas técnicas, em que operações são interdependentes e dependentes ao longo de um processo que busca um resultado específico. Sendo assim, os atos técnicos de uma série na qual ele toma sentido (social e tecnológico) podem ser observados separadamente. Deste modo um gesto técnico pode ser entendido como instrumento e agente de uma realidade complexa, que seria a atividade técnica de transformação da matéria.

A análise das cadeias operatórias podem contemplar uma única cadeia ou uma série de cadeias articuladas entre si por intervenção da manufatura de um produto específico. As técnicas de fabricação de artefatos se dão então por meio de um encadeamento de etapas obrigatórias que se iniciam na obtenção da matéria-prima até as intervenções humanas nessa matéria para a constituição de um produto (Balfet, 1991).

É importante ressaltar a questão de acidentes não previstos nas etapas de manufatura, que levam a(o) artesã(o) tomar novas decisões conscientes diante das circunstâncias inesperados do evento (Balfet, 1991).

Na perspectiva de Lemonnier (1992) a cadeia operatória se configura numa série de operações pré-estabelecidas mentalmente e nas novas escolhas tomadas durante o processo para a transformação da matéria-prima em um produto finalizado. Assim, a cadeia operatória é definida em ação, entendendo-se que ela não precisa ser necessariamente linear, mas podendo ser modificada por momentos que se sucedem ou que se sobrepõem.

O processo técnico seria então a organização de várias cadeias operatórias que se combinam como etapas que se divergem numa atividade técnica. Sendo assim, o universo tecnológico adotado por um grupo se configura em um sistema, em que as técnicas são apreendidas em três níveis específicos: (a) das técnicas em si; (b) do conjunto de técnicas de uma sociedade que se constituem o sistema tecnológico; e, (c) do sistema tecnológico em comparação com outros fenômenos culturais (Lemonnier, 1992).

Viana (2005) explicita que para Lemonnier (1994, 2002) e Cresswell (1989) a questão da invenção ocorre quando a estrutura de um sistema técnico acontece por meio de um processo de descoberta e criação de idéias e de ações que não eram opções anteriormente. Deste modo, se caracteriza em uma introdução de um conhecimento diferenciado do tradicional, as problemáticas sobre o empréstimo consistem na adaptação ou rejeição de uma característica técnicas já existentes. O novo elemento para ser absorvido e inserido deve vir com base em uma necessidade a ser suprida, pois se assim não for, os indivíduos de um grupo não se interessarão por ele.

Existem dois fatores que podem favorecer a modificação das etapas da cadeia operatória, o caráter sócio-econômico ou o caráter técnico. Os de caráter sócio-econômico influenciam indiretamente na mudança da cadeia operatória. E quanto aos técnicos, a mudança pode ser percebida diretamente. E essas modificações podem ocorrer em níveis variados (Benfoughal, 1991).

De acordo com Benfoughal (1991) as mudanças podem ser: (a) mudanças ocorridas nas operações; (b) mudanças ocasionadas pela introdução de novos instrumentos; (c) mudanças que incidem na transformações do gestuário técnico. A modificação da matéria-prima pode também ocasionar interferências na estrutura das cadeias operatórias: (a) substituição total de uma cadeia operatória tradicional, quando as mudanças intervêm sobre o conjunto da cadeia inteira; (b) quando as mudanças ocorrem nas seqüências, apagando seqüências inteiras de etapas da cadeia operatória.

(...) os universos tecnológico, social, simbólico, religioso, político e econômico de um grupo interagem dentro de uma totalidade social. É um processo tradicional e, ao mesmo tempo, dinâmico, na medida em que as normas vigentes e as técnicas tradicionais são suscetíveis a mudanças de diversos níveis, e de toda sociedade não é estática, mas se transforma culturalmente no espaço e no tempo. Lembrando ainda que existe um nível individual e um nível social do agente concebendo artefatos a partir de gestos e escolhas, inseridos em um saber técnico coletivo inscrito na tradição do grupo que ele faz parte. A mudança na técnica pode ocorrer em função da modificação em alguma(s) das operações da cadeia operatória, de uma alteração do saber técnico tradicional, ou de gestos técnicos utilizados no processo, que pode decorrer de um novo aprendizado que transforma as normas técnicas vigentes (Zuse, 2009).

Entendidas como se compõem os sistemas tecnológicos e como as escolhas sociais influenciam na tecnologia. Cabe entender como se dá o modo de transmissão de conhecimentos das técnicas, quanto ao assunto pode ser empregado o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (2002), no qual é denominado como sendo sistemas de disposições duráveis e transferíveis que permitem aos agentes defrontar-se com situações imprevistas; não apenas conjuntos mecânicos de regras mecânicas em um arquivo mental, mas que exigem uma lógica e um pensamento prático. O *habitus* é inconsciente, uma competência lingüística e cultural. As práticas gerais do *habitus* produzem modelos regulares de comportamento, porém poucas normas e regras rígidas, portanto ele pode ser instável. O *habitus* ao ser transmitido no tempo de uma geração a outra, desempenha um rol ativo na ação social e o mesmo se transforma através dessas ações.

O *habitus*, deste modo, se configura em um conceito de tradição empregado nas Ciências Humanas, e é o conceito de tradição que também foi empregado nesta pesquisa. A prática pode então ser entendida como um produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*. E, essa situação encontra-se objetivamente estruturada. A adequação entre o *habitus* e essa situação permite estabelecer uma teoria da prática que irá considerar tanto a objetividade da sociedade como as necessidades específicas de cada agente. Esse espaço é denominado *campo* por Bourdieu (2002), no qual as posições dos agentes se encontram pré-fixadas.

Notamos assim que nenhuma sociedade, cultura, grupo, cadeia, técnica permanece imutável, mas ao longo do tempo são movidos por algo que as fazem mudar. Essas transformações das estruturas sociais são abrangidas pela proposição de Georges Balandier, as *dinâmicas sociais*.

Assim, as mudanças ocorridas nas tecnologias estarão ligadas aos universos sociais, simbólicos e econômicos, tendo como base a concepção de tridimensionalidade e fato social total de Mauss (1972). E, levando-se em conta que os agentes são elementos ativos nessas transformações, como propõe Bourdieu (2002), que vão ocorrer no campo dentro de um processo histórico diacrônico.

A noção de *estrutura* discutida inicialmente por Lévi-Strauss (1996) entende que para um modelo ser entendido como estrutural ele deve satisfazer quatro condições específicas: (a) representar um caráter de sistema; (b) pertencerem a um grupo de transformações e o conjunto delas formar um grupo de modelos; (c) possibilidade de previsão de mudança dos modelos, quando acontece uma modificação de um dos elementos; e, (d) o modelo precisa dar conta de todos os fatos observados.

Sobre a experimentação dos modelos, Lévi-Strauss (1996) compreende que ela está relacionada com o entendimento de que uma modificação em uma das etapas dos acontecimentos implica numa mudança do modelo, sendo importante compreender e prever as reações de um modelo frente a essas inovações/mudanças, e também, a comparação de modelos de um mesmo tipo ou de tipos distintos.

O modelo deve ser entendido como uma manifestação, ao mesmo tempo, da estrutura em si, e ligado a ela, mas que não se esgota na mesma. Os pesquisadores então podem se deparar com as *normas culturais* que não são a estrutura, mas podem ser peças importantes para descobrir as mesmas, são considerados como por documentos brutos. Assim, os modelos devem ser construídos a partir das relações sociais empiricamente observáveis (Lévi-Strauss, 1996).

Cada tipo de estudo estrutural busca uma autonomia em relação aos outros estudos, portanto, eles buscam isolar níveis significativos. O objetivo se dá então na intenção de construir modelos que possam ser usados comparativamente com outros (Lévi-Strauss, 1996).

Para tanto, na análise estrutural o método a ser empregado é o comparativo, com o intuito de uma aproximação com a noção de estrutura, inclusive com a noção de estrutura que é comum ao pensamento humano. O tempo e o espaço social deverão ser abordados como sistemas referenciais das relações sociais. O método histórico é compatível com os modelos estruturais, pois não podemos encarar as relações sociais isoladas de um tempo e espaço determinado: tanto o elemento geográfico como o temporal são indispensáveis como formas de referência para o entendimento das relações sociais (Tylor, 1980; Vargas Arenas 1986; Bate, 1989; Junqueira, 1991; Lévi-Strauss, 1996; Morais, 1999/2000; Fernandes, 2001).

Para a Arqueologia, o conceito de estrutura foi definido inicialmente por Leroi-Gourhan (1972), que cunhou o termo *estrutura arqueológica*. Centrado em seus estudos dos solos pré-históricos, essas estruturas vão se referir a uma série de relações de interdependência compartilhados por vestígios arqueológicos que se unem em um *agrupamento significativo*, que é fundado na *repetição* de situações análogas e/ou na *ligação* entre os elementos de um mesmo testemunho, essa possibilidade de interpretação dos agrupamentos de registros arqueológicos que possuem uma relação entre si é resultante da aplicação dos conceitos de totalidade social e abordagem sistêmica de Mauss (1950).

Luciana Pallestrini (1972/73) amplia o conceito de estrutura arqueológica proposto por Leroi -Gourhan em *supra-estruturas*, que representam os vestígios que estão na superfície, como os “resíduos em pedras limitantes de habitações” e “os vestígios de cabanas” decompostas (1971/72, p. 6); e, as *infra-estruturas*, que correspondem aos vestígios que estão em profundidade, abaixo da superfície como “fogueiras, acúmulo de cinzas, disposição diferencial de restos cerâmicos, indústria lítica, resíduos fugazes de ocre ou carvão e áreas de terra queimada” (1971/72, p. 6, 27).

Este trabalho busca inicialmente, compreender as estruturas presentes no assentamento em questão, para possibilitar futuras comparações com modelos estruturais definidos na prática antropológica para os grupos do tronco Macro-Jê, tendo como base principal o Projeto Brasil Central de Havard (Maybury-Lewis, 1979) e as revisões feitas por Peter Rivière (1980), Joanna Overing-Kaplan (1981), Marcela Stockler Coelho de Souza (2002), entre outros.

Os métodos de escavação

Em função das abordagens de campo (Vargas Arenas, 1988; Bate, 1989, Alves, 2009, entre outros), que buscam apreender a totalidade do registro, procurando assim, encontrar novas maneiras de observação e interpretação dos vestígios, tendo como base novos elementos que expandem a questão da cultura material, como as formas de assentamento, a paisagem, os vestígios de alimentação, as estruturas de cocção e quaisquer outras intervenções que as populações humanas pretéritas possam ter

deixado; o *vestígio arqueológico* é encarado como um tipo de documento que foi utilizado, modificado ou da compartilhamento do espaço com o grupo, deve ser entendido como indicador das atividades cotidianas. Para tanto a verticalidade e a horizontalidade dos padrões de disposição dos vestígios devem ser observadas (Leroi-Gourhan e Brézillon, 1972; Pallestrini, 1975; Vilhena-Vialou, 1980; Pallestrini e Morais, 1982; Fernandes, 2001).

Em busca do estudo da totalidade social dos assentamentos das populações pretéritas, Leroi-Gourhan parte do método de escavação em amplas áreas (*open area*) proposto por Mortimer Wheeler (Alves, 2009).

Leroi-Gourhan associa ao método de Wheeler o método tridimensional de Marcel Mauss, desse modo as escavações em amplas superfícies passavam ter uma preocupação com a verticalidade e horizontalidade do espaço, para evidenciar isso busca realizar escavações por *decapagens por camadas naturais*, evidenciando horizontalmente todos os vestígios de uma camada para ser visualizada sua disposição dentro do contexto, e separando a deposição vertical de camadas sucessivas de estratos arqueológicos; esse método de escavação proposto por Leroi-Gourhan foi chamado de *superfícies amplas* (Leroi-Gourhan, 1964/65, Leroi-Gourhan e Brézillon, 1972; Audouze e Leroi-Gourhan, 1981).

O método indutivo é o fio condutor, o guia para o conhecimento através de pesquisa intensiva (anual) em sítios previamente escolhidos para serem escavados, onde o fulcro da pesquisa é o *empírico*. As hipóteses são formuladas, a partir dos dados do universo empírico. Jamais se vai a campo somente para testar hipóteses porque o compromisso científico desta arqueologia é acabar com o silêncio estratigráfico de ocupações pregressas e extintas, trazendo à tona, as suas culturas, continuidades, rupturas, mudanças através de escavações sistemáticas e datações absolutas por Carbono 14 e Termoluminescência para se conhecer os primórdios da humanidade do Paleolítico ao Neolítico até à Idade dos Metais (Alves, 2009).

A detecção da totalidade do espaço de um sítio arqueológico se torna fundamental para a compreensão da vida cotidiana dos grupos que intervieram nas paisagens do passado. Isso só pode ser alcançado por intensas pesquisas de campo, capazes de contextualizar os vestígios materiais dispostos no espaço-tempo e pelo uso

do método comparativo, de base indutiva, de modo a procurar similaridades e continuidades no presente (Alves, 2009).

Capítulo 2

A história dos índios e a história indígena na região do sudoeste goiano

Os dados apanhados durante anos de estudos e pesquisas realizadas em Goiás, por arqueólogos, historiadores, etnólogos, cronistas e viajantes, produziram uma historiografia e uma etnografia considerável para a região. Essas fontes de informação fornecem contribuições para o entendimento das dinâmicas sócio-culturais das populações humanas que habitaram essa região.

As pesquisas demonstram uma vasta ocupação temporal e espacial de populações indígenas anteriores ao Contato. No período colonial ocorrem as Entradas e Bandeiras, a motivação inicial é capturar habitantes da terra para o trabalho escravo. Posteriormente a essas intervenções, ocorre a descoberta do ouro; iniciando a corrida em busca da cidade mítica de El Dorado. O contato com o elemento branco gerou uma série de novas configurações para o território e, em consequência disso, as diásporas e o desaparecimento de grupos indígenas.

De acordo com os dados existentes, a região foi ocupada por grupos indígenas que praticavam a agricultura e a queima da argila trabalhada para obtenção de artefatos; que utilizavam a terra, realizavam atividades de caça e pesca, e se apropriavam dos meios naturais para a feitura de artefatos que seriam empregados no cotidiano, necessários para a subsistência e permanência do grupo.

As ocupações ceramistas do Brasil Central

No contexto das ocupações cerâmicas, as evidências arqueológicas sul-americanas demonstram que não existe uma associação necessária entre a presença da cerâmica e a prática de cultivo, podendo ocorrer plantas domesticadas em contextos onde não existe produção cerâmica (Bonavia e Grobman, 1989). Sendo assim, o cultivo de roças de coivara não são pressupostos que apontam o início da produção da cerâmica.

No sudoeste do Mato Grosso, as primeiras práticas agrícolas, em contexto acerâmico, parecem surgir tardiamente. As primeiras evidências indiretas são

sugeridas a partir de 2570 ± 70 BP para o sítio MS-SL-37, situado na bacia do rio Vermelho. Três outros sítios, MT-SL-35, MT-SL-30, MT-SL-48, na bacia do rio do Peixe, afluente do Araguaia, apresentam características semelhantes (Robrahn-González, 1996).

Segundo Wüst (1990, p.62-63)

todas as demais informações sobre grupos agricultores incipientes do Brasil Central ocorrem dentro de um nítido contexto cerâmico atribuído à tradição Uma, cujo material cerâmico não parece indicar uma invenção local. Segundo Brochado (1984), tanto a tradição Mina quanto a tradição Una pertenceriam a uma mesma grande tradição ceramista por ele denominada Estilo Pedra de Caboclo. Neste sentido a tradição Una, cuja data mais remota é de 3490 BP, representaria uma continuidade da tradição Mina (...). Brochado estabelece, a partir da distribuição espacial dos aspectos morfológicos dos vasilhames, uma certa correlação entre a tradição Una e o grupo lingüístico Macro-Jê. Apesar das semelhanças tecnológicas e morfológicas desta cerâmica, diferenças significativas do seu contexto arqueológico (sambaquis, abrigos, sítios abertos, casas subterrâneas) e ecológico sugerem que ela foi compartilhada por grupos sócio-culturais bastante distintos.

A tradição Una, como a cerâmica mais antiga do Brasil Central e que em diversas áreas chega até o período histórico, foi descrita sob diversas fases, as presentes no Brasil Central são: Jataí, a sudoeste de Goiás (Schmitz, 1976; Wüst e Schmitz, 1975), Pindorama (Barbosa et al., 1986) e, Palma (Mendonça et al., 1980; Simonsen et al., 1981), as duas últimas, ambas no médio norte de Goiás. São ainda identificados manifestações na região de Caiapônia que poderiam se enquadrar nessa mesma tradição (Schmitz et al., 1986).

A cerâmica é predominantemente lisa e os recipientes cerâmicos são pequenos ou médios, predominado bordas diretas, sendo os com contorno infletido relativamente raras. As formas básicas abrangem recipientes globulares e cônicos, tigelas rasas e potes com gargalo. Enquanto que nos sítios mais ao leste o tempero é exclusivamente mineral, no Estado de Goiás ocorre predominantemente o cariapé. A espessura das paredes é reduzida variando entre 4 a 10mm, e as superfícies características abrangem as cores preto, morrom e cinza. Somente Prous et al. (1984, p.

68) mencionam a ocorrência de brunidura após a queima, responsável pela coloração escura das superfícies. Os recipientes são de um modo geral utilitários e a decoração é limitada a um ocasional banho vermelho. A decoração plástica parece ter ocorrido somente num período mais tardio, por influências atribuídas aos portadores da tradição Tupiguarani. (...) os portadores d tradição Una podem ser delineados como agricultores incipientes, cuja subsistência se baseava parcialmente no milho e na mandioca não-tóxica e que se instalaram predominantemente em abrigos localizados tanto no cerrado como em áreas de transição para a mata. A partir do tamanho das áreas de habitação e da densidade dos sítios podem-se sugerir pequenas comunidades locais e uma relativa baixa densidade demográfica (Wüst, 1990, p. 63-64).

No médio norte de Goiás, a presença da tradição Una remonta sua presença mais antiga remonta ao século V a. C., enquanto que no sudoeste ocorre unicamente ao redor de 1000 ± 75 BP (Schmitz, 1976). Sendo assim, os portadores desta tradição são parcialmente contemporâneos àquelas sociedades assentadas em grandes aldeias.

As grandes aldeias ceramistas encontradas no Brasil Central são assentamentos à céu aberto, estando presentes ali pelo menos desde o século IX; os sítios eram normalmente circulares, semi-circulares ou lineares, e a cerâmica dividida em três grandes tradições: Aratu, Una, Uru.

Os sítios da tradição Aratu se estendem desde a costa de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo até o interflúvio do Araguaia-Tocantins, e no sul até o Paranaíba. Os sítios da tradição Uru situam-se predominantemente no vale do Araguaia, sendo que as prospecções no sudoeste do Mato Grosso demonstraram sua continuidade pelo menos até o rio São Lourenço. Sítios da tradição Tupiguarani, subtradição Pintada encontram-se dispersos sobre praticamente toda a área, ocorrendo algumas concentrações no sudoeste de Goiás e a oeste da Bahia nas proximidades do rio São Francisco, enquanto os sítios da subtradição Corrugada, foram localizados apenas no sul de Minas Gerais (Wüst, 1990, p. 67-68).

A tradição Aratu foi inicialmente proposta por Calderón (1969, 1971, 1974). Estudos paralelos realizados em Minas Gerais por Dias Júnior (1971, 1974, 2009), resultaram na criação da tradição Sapucaí; posteriormente as duas identificadas com

elementos gerais muito semelhantes foram fundidas em uma única tradição, a Aratu-Sapucaí, no âmbito do “II Seminário Goiano de Arqueologia”, ocorrido no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, de 24 a 29 de março de 1980, na cidade de Goiânia (Schmitz, 1978/79/80; Alves, 2009).

A *Aratu* ocorreu no bioma de Mata Atlântica (assentamentos nas margens de mangues e no topo de pequenas colinas) e a *Sapucaí*, campo limpo e floresta latifoliada (assentamentos em relevo de vertentes). Ambas têm semelhanças – como exemplo, sítios a céu aberto, recorrências quanto ao padrão de sepultamento, dentro de urnas piriformes, com tampa, na *Aratu* (primário) e na *Sapucaí* (secundário), mas possuem diferenças quanto aos tratamentos de superfície e “tempero” (Alves, 2009).

Caracteriza-se especialmente, pelas grandes aldeias circulares e, por vasilhames com nenhuma ou pouca decoração, utilização preferencial do antiplástico mineral, formas esféricas, ovóides e, a presença marcante de urnas piriformes (Calderón, 1969, 1971, 1974; Dias Júnior, 1971; Faccio et al., 1998; Martin, 1997; Meggers e Evans, 1969; Prous, 1992; Robrahn-González, 1996; Schmitz et al., 1978, 1979, 1980; Schmitz et al., 1982; Alves, 2009).

As fases descritas para a tradição Aratu são as seguintes: a fase *Aratu* e a fase *Itanhém* (conhecida, também, como *Itaúnas*) (Calderón, 1969; Calderón e Pertoa, 1974; Alves, 2009). No Espírito Santo, Perota (1971a, 1971b, 1974), considera 4 fases pertencentes à tradição Aratu: *Itanhém* ou *Itaúnas*, *Jacareípe*, *Guarabu* e *Camburi*. E, para Goiás, a fase *Tejuaçu*, no médio leste goiano (Simonsen et al., 1983); e no sudeste e centro-sul, as fases *Cachoeira*, *Itaberaí* e *Mossâmedes* (Chmyz, 1975).

A fase *Aratu* foi, inicialmente, definida a partir de pesquisas realizadas no sítio *Guipe* (município de *Aratu*), que apresentou a existência de manchas pretas, além de 54 enterramentos no entorno do assentamento em grandes urnas piriformes (Calderón, 1969; Alves, 2009).

No sítio *Beliscão*, foram encontrados enterramentos de grupos de 2 ou mais urnas piriformes grandes sem decoração, em locais ou não de habitação, o opérculo utilizado nesses casos foi uma tigela invertida; no interior das urnas foram encontrados diversos artefatos, entre eles: machados de pedra polida e rodela de fuso (Calderón, 1969; Alves, 2009).

As formas dos vasilhames são globulares e hemisféricas, tigelas rasas (semelhantes à pratos), bem alisadas, sem pintura e decoração plástica; somente poucos cacos têm o *corrugado* e o *roletado*, as bordas são diretas, inclinadas internamente e externamente, os lábios são arredondados, biselados ou apontados. Algumas tigelas tem “bordas onduladas às vezes formando bicos espaçados, eqüidistantes de ou não”. “No tempero predomina o com areia grossa, níveis mais antigos e tempero de grafite na parte superior e um pouco de tempero com areia fina. Técnica acordelada de montagem do artefato cerâmico (Alves, 2009).

Nos municípios de Conde, Esplanada, Entre Rios na Bahia e, Cristinópolis divisa entre Bahia e Sergipe foram coletados pequenos raspadores, amoladores (fragmentos de arenito) e grandes lascas com retoques (Calderón, 1971; Alves, 2009).

Os parâmetros da fase Aratu repetem-se no Litoral norte da Bahia: enterramentos primários de indivíduos em urnas periformes grandes e sem decoração, técnica acordelada de montagem do vasilhame, bordas semelhantes às do Recôncavo, porém, nenhuma borda ondulada foi coletada e novas formas foram identificadas: “refugo com mais de 40cm de profundidade identificado; e vasos com tendência globular e gargalo de borda perpendicular, decorado com roletes”; vasos pequenos periformes com aproximadamente 28cm de altura e 29cm de diâmetro; pouca decoração: “engobo de grafite” (corresponderia à brunidura?), “superfícies de “cor vermelho ‘tijolo’ (engobo vermelho) ou café”, sem pintura; ocorrência de cachimbos tubulares fragmentados. Os sítios são a céu aberto, “sítios-habitações e cemitérios depositados em” pequenas planícies sobre elevações nas proximidades de matas pluviais, existindo um à margem do mangue. Técnica acordelada e tempero de areia grossa e areia fina (os mais representados e secundariamente de grafite) (Calderón, 1971, p. 167; Alves, 2009).

De acordo com Calderón (1974) a fase Aratu, da tradição Aratu, abrangeria regiões dos estados de Minas Gerais, Alagoas, Sergipe, Piauí, Espírito Santo e São Paulo; isso com base em dois parâmetros principais, a presença de urnas piriformes sem decoração plástica e pelo padrão de habitação (a disposição de manchas pretas em formato circular).

Existem duas datações feitas para essa fase: 870±90 anos AD (sítio Guipe) e 1.360±40 anos AD (sítio Beliscão), segundo Calderón (1969) os estudos nesses dois sítios indicariam uma permanência prolongada do grupo, que seria sedentário e com uma agricultura incipiente adaptada a floresta tropical.

A fase Mossâmedes, foi definida por Wüst (1983) nos anos de 1975 e 1976, sendo delimitada nas microrregiões do Mato Grosso do Sul de Goiás, Sudoeste de Goiás, Meia Ponte e Alto Araguaia Goiano. Instalados a céu aberto com as características das grandes aldeias da tradição Aratu, os sítios se localizam predominantemente em áreas com altitude de 600m a 800m, e em áreas de transição de vegetação.

Quanto à cultura material, os vasilhames são grandes e piriformes, com a utilização de antiplástico mineral e, em casos mais raros, de antiplástico vegetal (este encontrado em duas formas distintas, sendo um em menor proporção). As bases são em sua maioria arredondadas, e as bordas podem ser diretas ou infletidas, sendo que as primeiras em maior número. É marcante também a presença de vasilhames de bojo duplo, rodela de fuso, cachimbos tubulares, decoração incisa, cuscuzeiras e engobo vermelho. O material lítico é identificado por material não trabalhado (percutores, polidores e quebra-cocos); pequeno número de material lascado (lascas de debitage, raspadores laterais) e, maior quantidade em material picoteado, polido e semi-polido (percutores, alisadores, lâminas de machado, mãos de pilão, pratos, pilões) (Faccio et al., 1998; Prous, 1992; Schmitz et al. 1978,1979,1980; Schmitz et al., 1982; Wüst, 1983).

A fase Mossâmedes, considerada a mais antiga, representa a expansão ocidental mais distante da costa. A maioria das datações colocam-na entre o século IX da nossa era e o período da Conquista, mas uma datação de 1779 ± 170 BP (Andreatta, 1988) por termoluminescência, para um sítio no sudeste de Goiás, sugere uma antiguidade ainda maior, possibilidade já apontada por (Schmitz et al., 1982). No leste do Brasil Central esta tradição parece ocorrer 200 a 300 anos mais tarde, com datações de 885 e 855 BP para sítios da fase Jaraguá (Dias e Carvalho, 1978) (Wüst, 1990, p. 68).

Faccio et al. (1998, p. 23), caracteriza que tradição Aratu,

passando pela baía de Todos os Santos e alcançando a divisa com o Espírito Santo. As formas de assentamento são idênticas, com exceção ao tamanho das manchas pretas e a aplicação de decoração plástica (corrugado ondulado) em urnas piriformes e em vasilhames globulares (Itanhém modelado corrugado ondulado, grafitado, roletado, corrugado simples, corrugado complicado, com predomínio das técnicas grafitadas, corrugada ondulada e corrugada simples) (Calderón, 1974; Perota, 1971a, 1974; Alves, 2009).

A tradição Sapucaí foi definida por Dias Júnior (1971, 1975, 1976), em estudos localizados na bacia do rio Grande, no sul do estado de Minas Gerais, em região de floresta latifoliada tropical e campo limpo, no Planalto Sul de Minas (Alves, 2009).

Para essa tradição, foram definidas as seguintes fases: nas cabeceiras do rio São Francisco (sul de Minas), a fase Paraopeba, nas cabeceiras do rio Paraná com as fases Sapucaí, Jaraguá, Ibiraci (Dias Júnior, 1971); e a controversa fase Itaci (Dias Júnior, 1975).

As principais formas de vasilhames da tradição Sapucaí são as seguintes: “*tigelas* de paredes retas inclinadas para fora e rasas com borda extrovertida; *vasos* de corpo cônico com paredes diretas e com borda extrovertida; e borda com reforço externo (exclusiva da fase Sapucaí) e carenados com pescoço e tipo moringa (exclusivo da fase Paraopeba); *jarros* de corpo globular com bordas diretas inclinadas para dentro; boca constrita e com bordas levemente extrovertidas; *urnas*, corpo hiperbólico e borda direta; parede inclinada para o interior e borda levemente extrovertida, corpo cônico – urnas grandes em um total de 306 peças e consideradas diagnósticas das tradições Sapucaí e Aratu. Pratos rasos (fase Jaraguá), fusos, bolotas de barro (massa descartada), borda com bico, corenas quebradas, fragmento de alça e uma base em forma de coluna circular (pé). “Na fase Paraopeba foi registrada uma grelha de cerâmica, ou *assador de biju*” (Dias Júnior, 2009) (Alves, 2009).

A tradição Uru se distingue acentuadamente da tradição Aratu. Os portadores dessa tradição se atribui, a partir da presença de assadores e a sua localização predominante no cerrado . As fases descritas para esta tradição abrangem, de leste a oeste sítios das fases Uru e Uruaçu localizados nas cabeceiras e alto curso do Tocantins e os das fases Jupaci, Itapirapuã e Aruanã, na margem direita do rio Araguaia (Schmitz et al., 1982).

Os recipientes desta tradição são caracterizados por tigelas relativamente rasas com bases planas, paredes infletidas e ocasionalmente reforçadas, assadores com diâmetros de até 50cm e grandes jarros. O tempero predominante é constituído de diversos tipos de cariapé, entre os quais uma cinza da árvore “cega machado”. Com exceção da fase Uruaçu, na qual engobo vermelho é relativamente abundante, a cerâmica das demais fases apresenta poucos elementos decorativos, restritos a alguns apêndices plásticos, decoração incisa e pontada, e que aumentam em direção ao Araguaia. Nos sítios das fases Uru, Uruaçu e Jaupaci, ocorrem raros carimbos cilíndricos (Wüst, 1983; Schmitz et al., 1982; Robrahn-González, 1989).

O interflúvio entre o Araguaia e o Tocantins é considerado como certa fronteira entre os portadores da tradição Aratu e Uru, mas os dados sobre aspectos morfológicos e tecnológicos da cerâmica parecem indicar a existência de redes de relações sociais entre portadores de ambas tradições. Nos sítios mais antigos da tradição Uru, em Goiás, alguns recipientes cerâmicos característicos para a tradição Aratu estão presentes, e o próprio crescente emprego do cariapé na tradição Aratu, nesta região, parece remeter a influências extra-culturais. No obstante não parece ter ocorrido nenhuma difusão cultural que pudesse estar relacionada ao processamento de farinha tão característicos para o quadro de formas da tradição Uru. A ocorrência de unidades-habitação quase exclusivamente composta por fragmentos cerâmicos da tradição Tupiguarani, em sítios da tradição Aratu e Uru (Fensterseifer e Schmitz, 1975), parece indicar ainda um outro tipo de contato entre portadores de tradições ceramistas distintos. As próprias plantas das aldeias e o processo mútuo de empréstimos decorativos tecnológicos entre estas tradições parece excluir a possibilidade de uma reocupação dos mesmos locais, em tempos diferentes, por grupos culturais distintos. Um processo de incorporação de grupos alienígenas parece ser mais plausível (Wüst, 1990, p. 75).

Os sítios da tradição Tupiguarani estão proporcionalmente reduzidos em comparação aos sítios das outras, Aratu e Uru. Encontram-se dispersos sobre praticamente todo sul do Brasil Central, mas parecem ocorrer com uma maior densidade ao longo dos rios São Francisco e Paranaíba. Com exceção de alguns sítios do sul de Minas Gerais, cujo material foi descrito como fase Belverde da subtradição Corrugada; a cerâmica dos outros sítios foram atribuídas à tradição Policrômica

(Dias et al., 1975). Para esta subtradição foram estabelecidas as seguintes fases de leste a oeste: fase São Domingos (oeste da Bahia e extremo leste de Goiás) (Schmitz e Barbosa, 1985); fase Cochá (norte de Minas Gerais e médio curso do rio São Francisco (Carvalho e Cheuiche, 1975); fase Iporá (sudoeste de Goiás, nas bacias do Araguaia e Paranaíba) (Fensterseifer e Schmitz, 1975; Schmitz e Barbosa, 1985).

A capitania de Goiás

O desbravamento do Brasil Central inicia-se a partir do século XVI, por meio das Entradas e Bandeiras que penetraram o continente e gerou profundas repercussões na história brasileira, alterando as dinâmicas populacionais existentes na região, que passaram a conviver com um novo elemento, o branco.

A época do Tratado de Tordesilhas, a fronteira oeste do Brasil se limitava ao norte, em Belém, no Pará, e ao sul, na cidade de Laguna, em Santa Catarina. Deste modo, a maioria do atual estado de Goiás, estaria situado na região da Coroa Espanhola (Chaim, 1974) (Figura 1).

No século XVIII, a capitania se limitava ao norte com o Grão Pará, em São João das Duas Barras, ao sul com a Capitania de São Paulo, tendo como marco divisor o rio Grande, o Triângulo Mineiro, estava inserido dentro dessa área, posteriormente foi englobado pela Capitania de Minas Gerais. A oeste, os limites eram com a Capitania de Mato Grosso, sendo o rio das Mortes, a região de divisa, posteriormente essa divisa recua para o rio Grande (como era conhecido o atual rio Araguaia), e essa região passa a pertencer a Capitania de Mato Grosso. E, a leste, com as capitanias de Maranhão, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais, pela cordilheira que se estende longitudinalmente na direção sul pelas terras de Marcela, Canastra e Tabatinga (Pohl, 1951; Chaim, 1974).

As primeiras bandeiras foram montadas em São Paulo do Piratininga, que se configurava como o primeiro núcleo estável de povoamento no planalto meridional (Chaim, 1974). Uma série de fatores fizeram com que os paulistas voltassem sua atenção para o sertão, a busca pela escravização indígena e a obtenção de metais preciosos, pareciam soluções mais imediatas e bem quistas.

Existia uma inferioridade na agricultura paulista, quando compara a das capitanias do nordeste do Brasil, as plantações de cana-de-açúcar sofriam com o solo

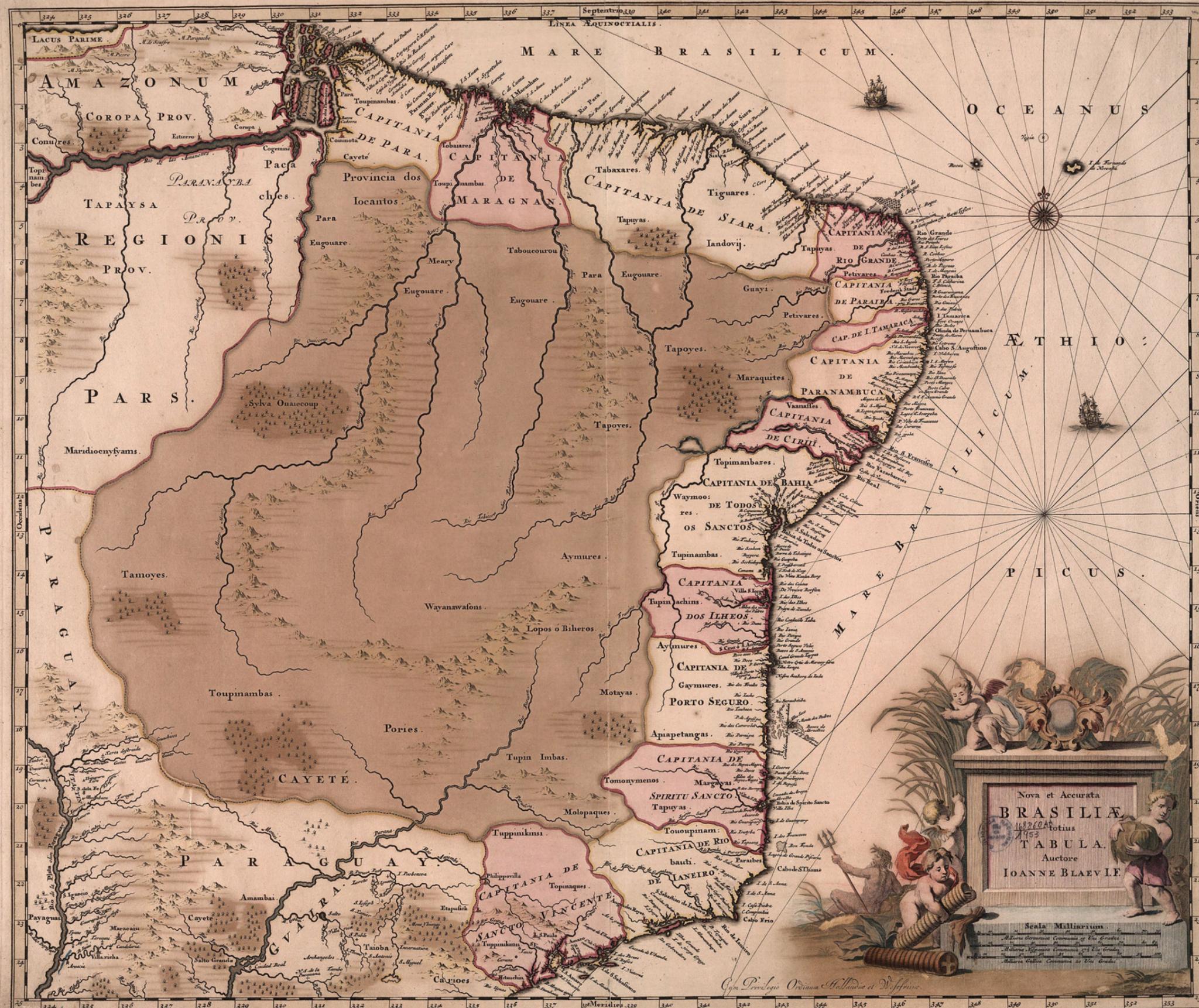


Figura 1 – Mapa manuscrito do Brasil com as capitânicas vigentes no século XVIII, anterior a demarcação das terras da Capitania de Goiás (Fonte: Acervo virtual da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ).

pouco produtivo e pantanoso das terras costeiras e estreitas. Além da impossibilidade de obter o elemento motor das lavouras açucareiras, os escravos, devido a escassez de recursos econômicos (Chaim, 1974).

A estes fatores de ordem geográfica, econômica e social aliaram-se os de ordem psicológica, que absorveram a atenção dos habitantes da modesta vila de Piratininga para o sertão, o qual exercia um fascínio constante sobre o seu espírito aventureiro, pois viam neste sertão fonte preciosa de índios vendáveis como escravos (Chaim, 1974, p. 13).

A hidrografia da Capitania de Goiás, com rios pertencentes à bacia Amazônia (rio Tocantins e Araguaia) e bacia Platina (rio Paranaíba e Grande), constituíram elemento principal para o sucesso das bandeiras, já que inicialmente, elas ocorriam por meio fluvial até meados do século XVIII, quando passa a ser preferencialmente pelo meio terrestre (Chaim, 1974).

A penetração das bandeiras na região goiana ocorre por duas frentes, uma paulista e uma amazônica. As expedições amazônicas tiveram como ponto de partida o Grão Pará, a maioria comandada por religiosos e abrangeram extensa área da região do rio Araguaia e Tocantins, sem nunca alcançar o atual território de Goiás, acontecendo somente em terras tocantinenses (Reis, 1949; Chaim, 1974).

A primeira grande entrada pelo rio Tocantins foi a do Padre Antônio Vieira, em 1653. A grande contribuição dessa entrada foi a descrição detalhada de como ocorriam esse tipo de expedição fluvial (Leite, 1943). No ano de 1658, ocorre a expedição do Padre Tomé Ribeiro, que chega aos Karajá que habitam as margens do Araguaia; em, 1659, a do Padre Manuel Nunes; a do Padre Gonçalo de Veras e Sebastião Teixeira, em 1671; e a última, a do Padre Manuel da Mota e Jerônimo da Gama, em 1721 (Leite, 1943; Chaim, 1974).

As penetrações paulistas acontecem de forma mais intensa, com inúmeras expedições, podendo ser citados: Sebastião Marinho (Gomes, 1971); Domingos Rodrigues (1600); Pero Domingues, Francisco Lopes Bernardes, Francisco Ribeiro de Moraes (Gomes, 1971); Sebastião Paes de Barros (1673) (Palacín Gómez, 1922).

Nos fins do século XVIII, o território goiano era suficientemente conhecido, tanto por gente de São Paulo como de Belém, e os caminhos de penetração se achavam descritos nos roteiros que corriam de mão em

mão. No alvorecer do século XVIII, com a descoberta do ouro nas Gerais, há a chamada corrida do ouro para a região, fato que redundou em sério despovoamento de algumas regiões brasileiras recém-descolonizadas e também de algumas regiões portuguesas (Chaim, 1974, p. 21).

As explorações auríferas no sertão incentivaram três moradores de Vila de Santana do Paranaíba, a se aventurarem por ouro em terras goianas: Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, estes enviaram pedidos formais ao rei de Portugal (D. João V) para aprovar os requerimentos, sendo aprovadas as bandeiras em 1721 (Chaim, 1974).

O governador da Capitania de São Paulo forneceu um Regimento, segundo o qual deveriam governar durante a entrada (Chaim, 1974). Sendo assim, esses primeiros bandeirantes desempenharam os primeiros papéis políticos na Capitania de Goiás.

No *Regimento dado por Rodrigo César de Menezes à Bartolomeu Bueno da Silva em 30 de junho de 1722* (Estado de São Paulo, 1985), era sugerida uma política de paz com os grupos indígenas. A bandeira de Bartolomeu Bueno descobriu ouro na região goiana, e desencadeou o processo de povoamento da região por populações advindas dos mais diversos cantos do país (Chaim, 1974).

Inicialmente a região ficou conhecida como *Minas dos Goyazes* (Palacín Gómez, 1922), com a descoberta do ouro nessas regiões, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, as capitanias de Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, sofrem com as migrações populacionais de suas áreas para as terras das minas (Chaim, 1974).

O povoamento da região se deu de forma semelhante aos das outras regiões de exploração aurífera, com a formação de *arraiais*, constituídos isoladamente uns dos outros (Petroni, 1970). Os principais fatores que privilegiavam as locações dos arraiais configuravam-se pela proximidade às fontes auríferas e às fontes hídricas.

Os arraiais do ouro apareceram entre os anos de 1730 e 1750, sempre nas direções norte e nordeste de Vila Boa. Esta configura o primeiro aglomerado urbano da Capitania de Goiás, fundada por Bartolomeu Bueno, no ano de 1727, com o nome de Sant'Anna, nas proximidades das nascentes do rio Vermelho (Chaim, 1974).

A decadência da mineração, a expansão da pecuária e as constantes disputas com grupos indígenas, fizeram com que, a partir de 1763, houvesse um aumento populacional em território goiano (Chaim, 1974).

A vida nos arraiais era antes marcada por um intenso nomadismo, derivado da necessidade de procurar novas jazidas de ouro, para suprir a escassez ou exploração total de outras. A criação de gado na região permitiu uma maior sedentarização dos aglomerados desses arraiais, e os constantes encontros com grupos indígenas fizeram com que esses grupos se aglomerassem em centros urbanos maiores e com mais recursos.

Como solução para conter a ameaça indígena à efetivação regular do comércio e à navegação dos rios foi proposta a criação de aldeamentos. Essa política foi aplicada na segunda metade do século XVII e aconteceu até o início do XIX, numa tentativa de pacificação desses povos (Chaim, 1974).

A zona centralizada por Vila Boa foi reedificada em 1774 com a construção do aldeamento de São José de Mossâmedes e Maria I. A mesma época (1774), na área do sudoeste, foi fundado por mineradores que haviam abandonado as minas esgotadas de Santa Luzia, o arraial de Bonfim, atual Silvânia, que logo depois foi abandonado devido aos ataques dos Kayapó [Cayapó] e na região centro oriental formou-se em 1769, o arraial de Santo Antônio do Morro do Chapéu, mais tarde Monte Alegre de Goiás (Chaim, 1974, p. 28).

Quando da expansão populacional, ocorreu o desmembramento da Capitania de Goiás, que se mantinha ainda como patrimônio de São Paulo, isso acontece por causa do aparecimento de problemas da nova configuração social que a região vinha tomando.

A Capitania de Goiás, mesmo desmembrada, ainda tinha que responder à São Paulo, sendo configurada nessa ocasião como *Intendência*, e era dirigida por um representante do governo de São Paulo, denominado *Superintendente de Minas*. Devido a dificuldade para resolver problemas de ordem local, que necessitavam de maior agilidade (como violência e ilegalidade), em 1794 a Capitania recebe sua autonomia (Chaim, 1974).

No final do século XVIII e início do XIX, a situação populacional da capitania, passa por uma evasão das populações brancas, que representava somente um sétimo do montante populacional (Palacín Gómez, 1922); isso acontece, devido a decadência da mineração. O censo de 1808 indicava a existência de uma população

escassa de 50.365 habitantes (Brasil, 1920), e segundo Saint-Hilaire (1975) a Capitania de Goiás era a que mais possuía indígenas.

As ocupações humanas no sudoeste goiano

A figura do indígena no Brasil Colônia se tornou um grande problema para a política portuguesa, devidos aos constantes empecilhos colocados aos brancos para o desenvolvimento do comércio, da navegação fluvial, da exploração dos recursos minerais e do povoamento regional, Portugal ainda enfrentava a questão da existência dos missionários, que enxergavam diferentemente a questão, e em consequência disso, buscavam soluções divergentes às da Coroa (Prado Júnior, 1963; Chaim, 1974).

Na Capitania de Goiás, os grupos indígenas existentes pertenciam aos dos troncos lingüísticos Tupi e Macro-Jê, os Jê eram conhecidos pelos primeiros jesuítas e viajantes, como *gentio da língua travada*.

Sobre os Jê, Fernão Cardim (1925, p. 188-189) descreve:

(...) há outras nações contrárias e inimigas desta [os Tupi do litoral], de diferentes línguas que em nome geral se chamam Tapuya, e também entre si são contrários (...), são senhores dos matos selvagens, muito encorparados, e pela continuação e costume de andarem pelos matos bravos; não têm roças, vivem de rapina e pela ponta de flecha, comem mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito aos brancos não dão senão de salto, usam de uns arcos muito grandes, trazem uns paus feitiços muito grossos, para que em chegando logo, quebram as cabeças.

Nesse grosso, integram-se todos os índios que os Tupi denominavam de Tapuia, nome que também era aplicado a outros grupos de procedências diferenciadas (Ramos, 1951; Chaim, 1974).

Os Tapuia se denominavam de *Nac-Manuc* ou *Nac-Poruc*, os *filhos da terra*, e *Buru* (Chaim, 1974). Segundo Ramos (1951) a expressão *Jê*, vem de uma proposição de Martius (1867), que também propôs a expressão *Cram*, que são palavras oriundas de designações sociais e políticas desses grupos falantes: *Jê*, significando *chefe*, *pai ascendente*, e *Cram*, *filho*, *descendente*.

Acredita-se que os grupos Jê ocupavam grande área do território nacional antes do Contato, com uma área de abrangência que se estendia até a região costeira. Sendo expulsos da costa litorânea pelos Tupi, a época do Contato. De acordo com Ramos (1951), os primeiros cronistas denominavam os Tapuia como pertencentes a grupos Tupi que preferiam habitar o interior, a partir da metade oriental do planalto brasileiro, desde as últimas cataratas dos rios Xingu e Tocantins, até 30° de latitude sul (Chaim, 1974).

Foi esta região pobre e sem grandes recursos econômicos, apresentando certa homogeneidade geográfica, que imprimiu aos povos Ge [Jê] as características comuns de ordem física e cultural que matem até hoje. Por isso mesmo apresentam mobilidade menor que a dos Tupi. Não se conhece o seu ponto de origem, nem os focos iniciais de dispersão. Sabe-se que migraram a princípio do oeste para leste, tendo ocupado o litoral, de onde foram expulsos posteriormente pelos Tupi. A pressão Tupi e depois a colonização portuguesa, causaram uma nova migração, esta agora de leste para oeste. (...) Mantiveram-se no seu habitat com pequenos deslocamentos que pouco ultrapassam os limites do planalto brasileiro. A este grupo pertence a maioria das tribos goianas, e no século XVIII destacavam-se entre os mais hostis; os Akroá, Xacriabá, Xavante, Kayapó [e Cayapó], Javaé e outros (Chaim, 1974, p. 51).

De acordo com Pohl (1951), não existiam fontes exatas indicando o número de diferentes grupos indígenas existentes durante o século XVIII, estimando uma média de mais de 50.000 indivíduos. Silva e Souza (1967) chega a enumerar vinte grupos que habitavam a região de Goiás.

Segundo os mapas desenvolvidos por viajantes e cronistas interessados em identificar a existência e as áreas de ocupação de grupos indígenas (Lowie, 1946a; Loukotka, 1968; Albisetti e Venturelli, 1962; Nimuendajú, 1981), a região do sudoeste goiano abrigou os Anicum, os Bororo, os Cayapó (1) (2) e os Goyá.

Os Anicum encontram-se localizados na microrregião do Vale do Rio dos Bois e adjacências, sendo citados as cabeceiras do rio dos Bois e do rio Uru (Loukotka, 1968; Nimuendajú, 1981; Wüst, 1983). Martius (1867) durante suas viagens, já não encontrou mais vestígios dos Anicum, sendo o termo utilizado pra

definir o nome de uma região, que provavelmente veio a se tornar a região onde está inserida a atual cidade de Anicuns (Wüst, 1983).

Os Bororo ocuparam a região num período mais tardio, já que os Cayapó eram predominantes nessa área até meados da segunda metade do século XIX (Lowie, 1946a, Wüst, 1983). As disputas entre esses dois grupos eram frequentemente relatadas pelos bandeirantes, cronistas e pesquisadores da região, uma compilação dos dados etnográficos e etnohistóricos desses dados pode ser encontrado em Wüst (1990). A área ocupada pelo grupo durante o final do século XIX teria alcançado os limites de São José de Mossâmedes e ao norte, o limite era o rio Claro (Ehrenreich, 1891; Colbacchini e Albisetti, 1942; Albisetti e Venturelli, 1962; Wüst, 1983).

Os Cayapó estariam localizados na região da margem direita do rio Paranaíba, presente em todos os seus afluentes e na região do Alto Araguaia (Lowie, 1946b; Ehrenreich, 1982; Nimuendajú, 1981; Wüst, 1983), com registros de presença do grupo na área entre o rio dos Bois, o rio Corumbá e o rio Turvo (Ehrenreich, 1982; Nimuendajú, 1981; Wüst, 1983), para a região do sítio Jaguarundi, já existem dados da presença Cayapó desde o século XVIII (Lowie, 1946b; Ehrenreich, 1982; Nimuendajú, 1981; Wüst, 1983).

Os Goyá foram citados pela primeira vez durante o século XVII (Silva e Souza, 1874, Wüst, 1983) e teriam como áreas de ocupação na região entre da Serra Dourada e as imediações de Vila Boa (Mello, 1918; Lowie, 1946a; Chaim, 1974; Nimuendajú, 1981; Wüst, 1983), mantendo uma proximidade com São José de Mossâmedes.

De todos estes, o grupo (...) mais hostil e mais numeroso era o dos Kayapó, também conhecido pelos Tupi pelo cognome *Ubirajara* ou *Ibirajara*, e, *Bu*, *Bilreiro*, *Caceiteiro* pelos cronistas. Atualmente [1974] não habitam território goiano, localizando-se seus remanescentes no sul do Pará e norte de Mato Grosso. (...) o que interessa diretamente a Goiás, são os Kayapó, do grupo Sul [Cayapó]. Foram encontrados pelas bandeiras no território compreendido entre o rio Paraná e as cabeceiras orientais do Paraguai em fins do século XVII, e começo do XVIII. Um grupo fugiu para o sul de Goiás, onde sofreu ataques de sertanistas, auxiliados pelos Bororo (Ramos, 1951). Os remanescentes conseguiram se fixar nas imediações da capital do Estado, antiga Vila Boa, e hoje podem considerar-se praticamente extintos, visto que ou foram dizimados ou

(...) estende-se pela costa de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e ao Norte de São Paulo. Para o Centro-Oeste foram estabelecidas a fase Mossâmedes, que se localiza sobre as bacias do Araguaia, Paranaíba e Tocantins, a fase Tejuaçú, que se encontra no médio curso do Rio Paraná, e a fase Itaberaí, entre Tocantins e Paranaíba.

Ainda, Faccio et al. (1998) explicita que os grupos horticultores ceramistas pertencentes a essa tradição constroem assentamentos com numerosas habitações, em formatos elipsóides, podendo formar até três anéis concêntricos, e comumente localizados próximos a córregos perenes. Para a preparação da argila (pasta), é predominante a utilização de antiplástico mineral e de forma esporádica é encontrado o de origem vegetal. As bordas são, em sua maioria, reforçadas e, as bases assumem formas convexas.

Wüst (1983, p. 11), sobre a fase Mossâmedes comenta que

os sítios desta fase ocorrem desde o Rio Corumbá, afluente do Paranaíba (GO-CA-01), inicialmente atribuído por Chmyz (1975) à fase Cachoeira, até os cursos médios e altos do Rio Claro e rio Caiapó, afluentes do Araguaia, o que representa uma extensão leste-oeste de aproximadamente 350km. [...] A seqüência seriada parece indicar, todavia, que os sítios mais tardios dessa fase devem ser contemporâneos à ocupação do colonizador europeu.

Para a microrregião do Mato Grosso de Goiás, nota-se que a maioria dos sítios da tradição Aratu, fase Mossâmedes, estão situados sobre pequenas elevações, em áreas caracterizadas por matas tropicais subcaducifólias e solos férteis, foram ainda notados sítios em áreas de cerrado e em zonas de transição entre os dois ecossistemas citados. A distância da água para os sítios é de 70m a 700m (Wüst, 1983).

Quanto ao posicionamento temporal, as datações obtidas por meio do Carbono 14 demonstram uma oscilação das ocupações entre os séculos IX e XI, mas, ainda permanecem dúvidas quanto à presença desses grupos unicamente nesse espaço temporal (Robrahn-González, 1996).

A fase Itanhém, compreendida no estado da Bahia possui uma área de dispersão que vai desde o norte, a partir do município de Castro Alves, ao sul,

migraram para o norte de Mato Grosso. Foi a tribo localizada no sul que mais ataques fez aos colonizadores no século XVIII, até ser alojada nos aldeamentos de Maria I e posteriormente São José de Mossâmedes (Chaim, 1974).

Os primeiros testemunhos da penetração do homem branco no estado de Goiás datam do final do século XVI, os relatos são escassos e não existe uma descrição sobre os roteiros de viagem, além da inexistência de relatos sobre encontros com grupos indígenas (Palacín e Moraes, 1975; Wüst, 1983).

Em 1592, Sebastião Marinho descobriu as Minas de Goiás (Americano do Brasil, 1961; Wüst, 1983). No período entre 1590 a 1593, entra a bandeira de Antônio Macedo e Domingos Luís Graus, indo até o leste do Tocantins (Palacín e Moraes, 1975; Wüst, 1983).

No ano de 1647, Manuel Correia se encontra com os Goyá na região de Araés. Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como *Anhanguera*, penetrou nas cabeceiras do rio Vermelho no ano de 1682, deparando-se com índios Goyá (Silva e Souza, 1874; Wüst, 1983), na região dos rios Claro e Pilões descobriu a existência de diamantes mas com o monopólio da Coroa portuguesa e a presença dos Cayapó não foi possível explorar as pedras (Prado Júnior, 1992; Giraldin, 1997). Segundo Alencastre (1979) os Goyá parecem ter sido pacíficos quanto ao contato com o branco, propiciando que o colonizador explorasse com maior facilidade as riquezas da região e capturasse número maior de índios a serem escravizados (Wüst, 1983).

Segundo Ehrenreich (1892) e Wüst (1983) os primeiros contatos entre o branco colonizador e os Cayapó teria se dado já durante o século XVII, mas o primeiro relato de encontros entre os dois, data do ano 1722. Uma bandeira foi realizada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, filho do bandeirante que chegou ao rio Vermelho no século XVII, do mesmo modo, que o pai, fez percursos semelhantes e tentou escravizar índios Goyá, sendo estes dizimados durante a primeira fase do ciclo aurífero (Silva e Souza, 1874; Wüst, 1983; Giraldin, 1997).

De acordo com o mapa de Nimuendajú (1981) o limite geográfico para a região dos Goyá seria a Serra Dourada. Posteriormente, quando entram em contato com os Cayapó, os Goyá são empurrados em direção a oeste e as disputas entre os dois grupos acelerou o processo de desaparecimento deste último (Nimuendajú, 1981; Wüst, 1983).

Os contatos entre o branco e os Cayapó sempre representaram maior resistência por parte dos indígenas. Durante o século XVIII, a comunicação entre São Paulo e Cuiabá foi interrompida devido aos ataques dos Cayapó a povoados do sul de Goiás (Silva e Souza, 1874; Wüst, 1983).

(...) os Cayapó viveram e experimentaram um processo de invasão da região sul de Goiás, Triângulo Mineiro, leste de Mato Grosso e norte de São Paulo, a partir do século XVIII. Agiram com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central (Giraldin, 1997, p. 31).

Grandes expedições contra os Cayapó foram realizadas durante o século XVIII. A incursão do Cel. Antônio Pires de Campos, ocorrida durante os anos de 1739 a 1748, quinhentos Bororo compunham a expedição, o coronel atacou e dizimou inúmeros índios Cayapó, chegando até a “*aldeia grande Cayapó*”, que segundo os relatos ficava nas imediações de Campoan (Mattos, 1874; Silva e Souza, 1874; Wüst, 1983).

Outra expedição comandada por Victo Antônio, durante os anos 1759 e 1770, na qual atacou duas grandes aldeias, dizimando todo o grupo, mesmo até os que se rendiam (Mattos, 1874; Silva e Souza, 1874; Wüst, 1983).

Nos anos de 1772 a 1778, duas expedições violentas contra os Cayapó foram realizadas pelo capitão Bulhões, sendo a primeira sem sucesso e a segunda pouco descrita, sendo somente sabido que o capitão encontrou aldeias que teriam mais de quatrocentos indivíduos (as aldeias encontradas provavelmente estariam abandonadas) (Mattos, 1874; Silva e Souza, 1874; Wüst, 1983).

Nos anos de 1778 a 1783, período do governo de Luiz da Cunha Menezes, foram feitos contatos com o objetivo de pacificação definitiva dos Cayapó (Alencastre, 1979; Wüst, 1983). A expedição comandada por José Luiz Pereira em 1780, resultou na criação do Aldeamento Maria I, datado de 16 de julho de 1781 (Alencastre, 1979; Wüst, 1983). O chefe da expedição adentrou as regiões do rio Claro e do Alto Araguaia, voltando a Vila Boa com 36 Cayapó (Alencastre, 1979; Wüst, 1983). Aos Cayapó que vieram foi prometido proteção do governa se estes cessassem

os ataques à população branca, sendo estes enviados de volta as suas terras para trazerem o resto de seus grupos (Alencastre, 1979; Wüst, 1983; Giralдин, 1997).

Os aldeamentos indígenas do século XVIII (Quadro 1)

Para aldear uns dos grupos mais hostis que assolavam a Capitania de Goiás no século XVIII, os Cayapó, foi construído em 1780, um aldeamento que recebeu o nome de Maria I, em homenagem à rainha de Portugal, situada nas margens do rio Fartura, onze léguas a sudoeste de Vila Boa (Chaim, 1974).

Em 1781, chegava em Maria I a primeira leva de Cayapó, que compunham segundo o relato, 237 indivíduos mais o cacique Xaquenonau e o maioral Angraiochá (Alencastre, 1979; Wüst, 1983). No mesmo ano, chegou em Maria I a aldeia do cacique Cananpuaxi, e um ano depois chega a aldeia do cacique Pupuare, somando um total de 687 índios advindos de quatro aldeias diferentes (Alencastre, 1979; Wüst, 1983). No ano de 1813, Maria I conta com 129 Cayapó, o aldeamento é dissolvido, e o grupo transferido para São José de Mossâmedes (Wüst, 1983; Giralдин, 1997).

A construção do aldeamento de São José de Mossâmedes foi com a intenção de abrigar os índios Akroá (rio das Mortes), que foram estabelecidos, primeiramente, no aldeamento do Duro (localizado próximo ao ribeirão de Formiga, e com existência entre os anos de 1751 a 1756), no qual haviam promovido um levante (Silva e Souza, 1967; Chaim, 1974).

De acordo com Alencastre (1979) foram aldeados mais de 8.000 indivíduos de diferentes grupos: Akroá, Xavante, Karajá, Javaé, Karijó e Naudez. Posteriormente, extinguiram-se os Javaé e os Karajá, resultando no esvaziamento do aldeamento. Sua regeneração acontece devido sua proximidade com Vila Boa e pela realocação dos Cayapó do aldeamento de Maria I (Chaim, 1974; Wüst, 1983).

Na primeira metade do século XIX, os residentes do aldeamento de São José de Mossâmedes passam por redução de grande parte de seu número devido ao sarampo e às doenças venéreas (Saint-Hilaire, 1975; Wüst, 1983). Em 1828, o aldeamento tinha somente 128 índios (Alencastre, 1979; Wüst, 1983). A neta de um cacique, Damiana da Cunha, tentava atrair índios fugidos para a mata, mas após sua morte em 1830, o aldeamento de São José de Mossâmedes vai aos poucos se

Quadro 1 – Aldeamentos indígenas dos Cayapó no sudoeste goiano (Chaim, 1974)

<i>Nome do aldeamento</i>	<i>Grupos indígenas</i>	<i>Localização</i>	<i>Ano de início</i>	<i>Tipo de direção</i>	<i>Duração do aldeamento</i>	<i>Lutas e transferências</i>	<i>Número inicial de aldeados</i>	<i>Capitão-General</i>
São José de Mossâmedes	Akroá Xavante Karajá Cayapó etc.	Oito léguas de Vila Boa, atual cidade de Mossâmedes	1755	Diretor, conforme normas do Diretório Civil, a partir de 1755	Até o século XIX	1828 – Estado de semi-decadência (somente 129 pessoas)	8.000	José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, reconstrói o aldeamento em 1755
Maria I	Cayapó	Margens do rio Fartura, onze léguas a sudoeste de Vila Boa	1780	Diretor, conforme normas do Diretório Civil, a partir de 1755	33 anos	1813 – transferidos para o aldeamento de São José de Mossâmedes	412	Luiz da Cunha Menezes

dissolvendo, sendo extinto definitivamente em 1932 (Ribeiro, 1970; Chaim, 1983; Ravagnani, 1987; Wüst, 1983).

Os sobreviventes Cayapó se estabeleceram em aldeias autônomas nas imediações de São José de Mossâmedes, mas durante a metade do século XIX, a área de criação de gado se expande até a região obrigando os grupos a se retirarem ou exterminando os mesmos (Ribeiro, 1970; Wüst, 1983; Giralдин, 1997).

Segundo Mattos (1979) a população Cayapó estava estimada em três mil indivíduos, sendo que em 1910, sobreviveram somente trinta a quarenta, na região do Salto Vermelho no rio Grande (Lowie, 1946b; Wüst, 1983; Giralдин, 1997).

De acordo com Ribeiro (1970) não existem mais sobreviventes dos Cayapó, existe um grupo de pesquisadores que considera que ainda existe descendentes dos Cayapó, um deles Machado de Oliveira (1862) e Castelnau (1949) que considera os Gradaú (norte da ilha do Bananal), encontrados em meados do século XIX. A informação sobre o desaparecimento do grupo pode ser contestada a partir dos dados desenvolvidos nos trabalhos de Heelas (1979), Schwartzman (1987), Giralдин (1997) e Ewart (2000, 2005).

O estudo realizado por Heelas (1979) apontou a hipótese de uma ligação entre os Panará e os Cayapó como sendo um único grupo. Os Panará, eram conhecidos anteriormente como Kren-Akarore, sendo encontrados no início da década de 1970 do século XX, na região do norte do Mato Grosso, margem do rio Peixoto de Azevedo (Giralдин, 1997). A população havia sido estimada em setecentos indivíduos, mas após dois anos do contato, o grupo se reduziu para cem indivíduos, que foram transferidos posteriormente para o Parque Nacional do Xingu (na época totalizando setenta e nove pessoas) (Schwartzman, 1987; Giralдин, 1997).

Notas do capítulo 2

(1) O termo Cayapó é aqui entendido como equivalente aos termos Kayapó do Sul ou Kayapó Meridionais, em contraposição ao termo Kayapó, que será utilizado nessa dissertação para denominar os grupos classificados como Kayapó do Norte ou Kayapó Setentrionais. A distinção entre grupos do sul e grupos do norte se deu inicialmente pela proposta de Ehrenreich (1892), que dividiu as etnias brasileiras em Jê Orientais (inclui os Botocudo), Jê Centrais (inclui os Kayapó e os Xavante) e Jê Ocidentais (inclui os Suyá). E ainda dividiu os Kayapó em do norte (inclui os Xikrin, os Gradaú, os Gavião, os Apinajé, os Krahô e os Timbira), do sul (inclui os Kayapó e os Kaingang) e ocidentais (inclui os Suyá e os Akwe).

(2) Com exceção do emprego do termo Cayapó/Kayapó, neste trabalho utilizamos a grafia dos nomes indígenas conforme as normas estabelecidas na convenção da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em 1953 (Schaden, 1976).

Capítulo 3

Ambientação, registro arqueológico e cronologia

A inserção do sítio Jaguarundi na paisagem permeia uma série de escolhas sociais e de disponibilidades locais, que permitem identificar partes da dinâmica cotidiana do grupo, a partir da observação *in loco* de fontes de matéria-prima, de pontos de coleta de alimentos, de locais propícios à caça e a pesca, das fontes hídricas, entre outros.

O estado de Goiás, atualmente, localiza-se em terras do Brasil Central, região Centro-Oeste, ocupando uma área de 341.289,5 km², as suas fronteiras se limitam ao norte com o estado do Tocantins, ao leste com os estados de Minas Gerais e Bahia, ao oeste com o estado do Mato Grosso e ao sul com os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (IBGE, 1998).

A área do sítio estudado encontra-se na região do sudoeste goiano se faz necessário então, uma delimitação do que é considerada neste trabalho essa área, deste modo, ela engloba todas as seguintes microrregiões: Sudoeste de Goiás, Quirinópolis, Mato Grosso de Goiás e Vale do Rio dos Bois.

Ambientação geral do sudoeste goiano

O sítio Jaguarundi se encontra no sudoeste goiano, região esta semelhante à região sul de Mato Grosso, sendo constituída por um grande bloco de chapadões suaves, que representa um prolongamento das condições estruturais e geológicas da Bacia do Paraná. O sudoeste de Goiás apresenta as mesmas linhas principais e secções de relevo que são observadas nos patamares internos da face oriental do Planalto Meridional brasileiro (Ab'Saber e Costa Júnior, 1950).

É, assim, uma espécie de mancha gigante de cerrados e campestres, laterada pelas duas principais áreas de matas do Brasil. De fato, na região, as duas províncias florestais brasileiras apenas se tocam, por meio do contacto possibilitado pela rede sinuosa de matas-galerias que acompanha os vales e 'dales' das duas vertentes hidrográficas regionais. Por essa

razão, o sudoeste de Goiás possui climas e paisagens vegetais que escapam totalmente à área fisiográfica equatorial amazônica, como também à província tropical atlântica (Ab'Saber e Costa Júnior, 1950, p. 4).

Sobre o clima e a geohidrologia, os arenitos permeáveis dos chapadões criaram condições físicas únicas para a formação dos solos, contribuindo em conjunto com o clima, a topografia tabular suavizada e a evolução paleobotânica recente, para a preservação da vegetação sub-florestal do cerrado (Ab'Saber e Costa Júnior, 1950).

Essas condições únicas da região permitem novas formas de interação entre o homem e o meio ambiente no sudoeste goiano, de modo a se caracterizar localmente com uma especificidade que não é encontrada em nenhuma outra parte do solo brasileiro.

O sudoeste de Goiás, geológica e fisiograficamente, corresponde ao quadrante periférico setentrional da chamada Bacia Sedimentar do Paraná e suas terras constituem uma das seções marginais desta grande bacia de sedimentação. O primeiro trecho é caracterizado por um prolongamento arenítico-basáltico vindo do oeste paulista e da região triangulina mineira, penetra em Goiás após os entalhes profundos dos rios Grande e Paranaíba. Após transpor esses rios, o planalto toma a forma de extensos chapadões com topo plano, cobertos de cerrados e com vales suaves (ora em fundo chato, ora ligeiramente em V). Os vales apresentam intercalações baixas no meio dos tabuleiros maciços dos chapadões e são recobertos por vegetação conhecida como mata ciliar. A paisagem segue homogênea até noroeste de Jataí e Rio Verde, onde a superfície dos chapadões se transforma na Serra do Caiapó (Ab'Saber e Costa Júnior, 1950).

De acordo com Bucci (Martins, Bucci e Braggio, 2009) o Planalto Setentrional da Bacia do Paraná se limita a nordeste com o Planalto Rebaixado de Goiânia e o Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba, ao norte com o Planalto dos Guimarães (Alcantilados) e a Depressão do Araguaia. Esse planalto apresenta duas unidades topomorfológicas: o Planalto de Cimeira do Rio Verde (650m a 1000m) e o Planalto Rebaixado do Rio Verde (300m a 600m).

No Planalto do Rio Verde domina uma drenagem de rios conseqüentes paralelos, pouco ramificados, orientados de NW para SE, convergindo

para a calha-eixo da Bacia do Paraná, representada na região pelo rio Paranaíba. Constitui uma hidrografia que superimpôs às formações mesozóicas cretáceas, interdesnudando essas camadas superiores e atingindo, na fase atual, as formações areníticas e basálticas da série São Bento. (...) Forçada pela disposição estrutural do alto do planalto [do rio Verde], a secção superior desse rio tomou direção subsequente, iniciando o entalhe de 'cuestas' nas formações mesozóicas. Constitui, dessa forma, o alto rio Verde Grande uma espécie de vale sobreposto em zona de 'cuesta', acidente que, como se sabe, onde quer que surja, tem o papel de iniciar a duplicação dessas escarpas de erosão. O resto do curso do rio Verde Grande enquadra-se na categoria mais geral da hidrografia regional, sendo conseqüente e dirigindo-se de NW para S (Ab'Saber e Costa Júnior, 1950, p.7).

A bacia do Paranaíba tem como região dispersora de seu sistema de drenagem a *cuesta do Caiapó* (Martins, Bucci e Braggio, 2009).

Esse macrocompartmento apresenta feições de extensa superfície de aplainamento, cuja morfologia em Goiás é conhecida por chapadas ou chapadões. (...) Os rios de modo geral, graças ao desnível de seu perfil longitudinal e ao encaixamento do talvegue, apresentam leitos rochosos, terraços estruturais, são correntosos e interrompidos por quebras de nível de base, formando cachoeiras e corredeiras. (...) Destacando-se como principais rios da região o rio da Prata, rio Aporé ou rio do Peixe, rio Corrente, rio Verde, rio Claro, rio Alegre, rio São Francisco, rio Verde ou Verdão, rio dos Bois, entre outros (Martins, Bucci e Braggio, 2009).

O clima e a vegetação compõem elementos de um sistema integrado. Sendo que, o clima intervém de maneira efetiva na paisagem fitogeográfica, esta por sua vez está vinculada à natureza do solo, e este ao intemperismo sofrido pelos substrato rochoso e rocha matriz (Martins, Bucci e Braggio, 2009).

A vegetação existente no estado de Goiás é representada pelo Cerrado. Segundo Bucci (Martins, Bucci e Braggio, 2009), existe mais um feição do Cerrado que podem variar de acordo com os estratos arbóreos, arbustivos e herbáceos, essas variações ocorrem devido a diferentes condições de relevo e solo: (1) Cerradão, predomínio do estrato arbóreo e com espécies de grande porte; (2) Cerrado, paisagem dominante, se encontra em solos ácidos e cascalhentos; e, (3) Floresta Estacional

Semidecídua, encontrada em solos ricos e apresenta espécies arbóreas de grande valor comercial.

O contexto específico de implantação do sítio

O sítio Jaguarundi encontra-se depositado numa altitude de 359,436m, na margem esquerda do rio Verde (afluente da margem direita do Paranaíba), à jusante do eixo da barragem do lago artificial do Aproveitamento Hidrelétrico de Salto do Rio Verdinho, tendo como coordenadas de localização UTM (E) 526.729m e UTM (N) 7.883.756m (Martins, 2008a).

Segundo Martins (2007a), a caracterização da geologia é dada pela Formação Geral e Formação Adamantina. A Formação Serra Geral possui como principal ocorrência os derrames basálticos de eventos vulcânicos acontecidos no Mesozóico/Cenozóico (Martins, 2008a).

A Formação Serra Geral e Adamantina, é constituída por um espesso pacote de sedimento, tendo como assoalho um conglomerado basal, agregando seixos e blocos de basalto, arenitos silicificados e quartzo, ocorrendo camadas de arenito, siltito e argilitos, modo geral carbonáticos e de cor creme, avermelhada e cinza esverdeada (Bucci, 2006, p. 2).

Os sedimentos arenosos se encontram depositados nas superfícies aplanadas e alguns altiplanos elevados. Os solos encontrados são as areias quartzosas, o Podzólico Vermelho-Amarelado, o Latossolo Roxo e o Latossolo Vermelho-Escuro, esse último o de maior expressão, sendo originado pela ação do intemperismo químico em rochas basálticas (Martins, 2008a).

Segundo Bucci (Martins, 2008a), a geomorfologia, por sua vez, apresenta superfícies tabulares do Planalto Rebaixado do Rio Verde. O sítio está situado numa topomorfologia de superfície de aplainamento, apresentando declividade suave, em torno de 5% e os níveis altimétricos podem variar entre 350m a 650m.

A fitofisionomia é definida por mata galeria antropizada, brejo, palmeiral e extensa área alterada devido à formação de pastagem. O sítio posiciona-se à 470m da hidrografia principal formadora da Bacia do Rio Verde, além de distar 330m de uma drenagem incipiente, pela sua margem esquerda (Martins, 2007a).

O solo se configura pelo latossolo vermelho-escuro, de média textura, argilo-siltoso e compacto. O sítio arqueológico pré-colonial apresentou material de natureza lito-cerâmica, com predomínio de materiais cerâmicos, associados a restos alimentares e líticos, bem conservados (Martins, 2007a).

O assentamento do sítio ocorreu nas proximidades de drenagem, com uma feição de vereda de buritizais, formando alagadiços e um espesso pacote argiloso Glei-Húmico (Martins, 2008a). Implantado em área de declive, que em sua área mais baixa entra em contato com uma extensa área alongada de várzea, que é delimitada pelo terraço superior do rio Verde. (Martins, 2008a).

Bucci (Martins, 2008a) afirma que “(...) Essa área deprimida apresenta um espesso pacote de argila cinza à esbranquiçada, olhos de água que proporcionam um encharcamento quase permanente da várzea. A argila é de boa plasticidade, favorável à fabricação de artefatos cerâmicos”.

Quanto ao sistema de drenagem da área, se caracteriza por sua baixa densidade, apresentando ribeirões, interflúvios e córregos de baixa extensão e talvegue raso, e leito depositado sobre rochas basálticas. Grande parte dessas drenagens apresenta terraços baixos, lençóis estreitos de acumulação arenosa e depósitos de cascalheiras (Martins, 2008a).

Registro arqueológico – escavação e estruturas

O assentamento Insere-se, conforme Melo e Breda (1972) na Área Arqueológica Paranaíba (P), Região Primeira do Município Denominador Jataí (Ja), identificado pela sigla GO-Ja. Estabelecido em uma área de propriedade privada, denominada Fazenda Bacurilândia, tem como proprietário Ademar Pereira dos Santos. Ressalta-se que o sítio arqueológico localiza-se à jusante do eixo da barragem do AHE Salto do Rio Verdinho, em processo de construção pelo Grupo Votorantin, a partir de 2007. Procedimentos relativos à preservação *in situ* do sítio arqueológico estão sendo tomados. A primeira etapa de campo ocorreu em julho de 2006, nesta mesma época aconteceram, também, as primeiras intervenções realizadas no GO-Ja.³³ sítio Jaguarundi (estas foram: uma trincheira e um corte de verificação). Encontra-se a 470m da margem esquerda do rio Verde, e a 330m de drenagem incipiente, anteriormente referida. As principais campanhas de campo com o intuito

de realizar intervenções diretas no sítio aconteceram no ano de 2007, durante os meses de julho a setembro.

As intervenções desenvolvidas no âmbito do Projeto de Salvamento Arqueológico do Aproveitamento Hidrelétrico de Salto do Rio Verdinho realizados na área de influência direta do referido empreendimento, pelo Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, onde exercíamos um estágio.

As estruturas arqueológicas aparecem de maneira praticamente inalterada em subsuperfície, sendo que as alterações dos estratos arqueológicos mais frequentemente visualizadas eram questões de ordem natural (erosões pluviais e bioturbação, por animais, raízes de plantas e fungos) e de ordem antrópica (abertura de estradas, feitura de cercanias, aragem do solo, plantio de capim e atividades pecuaristas).

Foi somente evidenciado um único estrato lito-cerâmico no assentamento, e o solo verificado, Latossolo Vermelho-Escuro, devido a homogeneidade apresentada no contexto, não permitiu a identificação de camadas naturais do estrato onde ocorreram a deposição dos vestígios arqueológicos, sendo assim, a opção foi definição de camadas artificiais de 10 em 10cm e o próprio nivelamento da disposição horizontal dos testemunhos.

O GO-Ja.33, sítio em questão, caracteriza-se como aldeia, de formato aproximadamente circular, delimitada por meio de cabanas de dimensões variadas, as quais foram verificadas, por meio das “manchas pretas”, que indicam atividades antropogênicas nos locais de sua ocorrência, além da alta concentração de materiais arqueológicos em seus espaços. A dinâmica das populações que passaram pelo local, deixou uma série de evidências materiais, comprovadas por meio de fragmentos cerâmicos; artefatos líticos, lascados e polidos; restos alimentares de origem óssea, vegetal e malacológica; resina; áreas de cocção; grânulos de carvão e restos de cinza; dentre outros.

Foram identificadas e evidenciadas 44 *manchas pretas*, que correspondem aos solos antropizados das antigas habitações do grupo que ocupou esse espaço-tempo. Os vestígios provenientes do sítio estão concentrados dentro das áreas das habitações, não sendo identificados vestígios que extrapolem a área dessas manchas pretas.

Os artefatos evidenciados correspondem a material cerâmico (bordas, paredes, bojos, fusos, cuscuzeiros, vasos duplos, bases, roletes, bolotas de argila), a material cerâmico (lascado e polido), matéria-prima (rochas de litologia variada) empregada em estruturas de combustão, restos alimentares (fauna e malacofauna), vegetais (coco) (Quadro 2).

Quadro 2 – Quantificação da coleção arqueológica do sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Tipo de material</i>	AE1	AE2	AE3	AE4	AE5	AE6	AE7	TOTAL
Cerâmico	107	12	161	141	1412	801	2508	5142
Lítico	35	1	93	12	405	313	668	1527
Madeira	–	–	–	–	2	–	–	2
Sedimento	–	–	1	–	–	–	–	1
Vegetal	–	–	–	1	2	1	6	10
Coprólito	–	–	–	–	–	–	1	1
Ósseo	–	–	–	–	2	7	28	37
Malacológico	–	–	–	–	–	1	17	18
Resina	–	–	–	–	–	–	2	2
Amostras para datação	–	–	2	2	7	1	2	14
TOTAL	142	13	257	156	1830	1124	3232	6754

As primeiras peças arqueológicas identificadas no sítio foram descobertas nas proximidades de furos realizados para colocação de postes de cerca de divisa de pastos. Uma análise mais detalhada da área permitiu a identificação de mudanças na coloração do solo, que levou a hipótese de *manchas pretas* (Pallestrini, 1976; Andreatta, 1982) (Martins, 2008a).

As intervenções realizadas em sítio tiveram enfoque voltado para a evidenciação de suas particularidades de contexto de implantação e o contexto ambiental circundante; e, de sua cultura material, empregando o conceito de cadeia operatória, composta por elementos cerâmicos, líticos, ósseos e malacológicos, visando compreender esse aldeamento de agricultores-ceramistas.

Sendo assim, para a identificação do contexto do sítio e das estruturas inseridas nesse contexto, foram executados 65 furos de sondagem, 61 cortes de verificação, 2 trincheiras e 7 áreas de escavação.

Os furos de sondagem (S) (Quadro 3) se caracterizam por técnicas de intervenção de pequeno porte. E, segundo Martins (2008a), os furos foram realizados até 50cm de profundidade, o solo arqueologicamente fértil se apresentava até 40cm após essa profundidade se apresentava estéril, essas intervenções foram realizadas com o intuito de identificar a delimitação da área do sítio e direcionar futuras intervenções de maior intensidade.

Quadro 3 – Distribuição dos furos de sondagem (S) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Furo de sondagem</i>	<i>UTM (E)</i>	<i>UTM (N)</i>	<i>Descrição sumária</i>
S1	526.541m	7.883.789m	Ausência de material arqueológico
S2	526.540m	7.883.781m	Ausência de material arqueológico
S3	526.541m	7.883.770m	Ausência de material arqueológico
S4	526.530m	7.883.782m	Ausência de material arqueológico
S5	526.534m	7.883.790m	Ausência de material arqueológico
S6	526.528m	7.883.780m	Presença de material arqueológico, sem coleta
S7	526.528m	7.883.770m	Ausência de material arqueológico
S8	526.524m	7.883.779m	Ausência de material arqueológico
S9	526.540m	7.883.770m	Ausência de material arqueológico
S10	526.517m	7.883.803m	Ausência de material arqueológico
S11	526.821m	7.883.766m	Presença de material arqueológico
S12	526.767m	7.883.723m	Presença de material arqueológico
S13	526.641m	7.883.713m	Presença de material arqueológico
S14	526.620m	7.883.722m	Presença de material arqueológico
S15	526.558m	7.883.759m	Presença de material arqueológico, ausência de terra preta
S16	526.553m	7.883.761m	Ausência de material arqueológico

Quadro 3 (continuação) – Distribuição dos furos de sondagem (S) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Furo de sondagem</i>	<i>Furo de sondagem</i>	<i>Furo de sondagem</i>	<i>Furo de sondagem</i>
S17	526.527m	7.883.781m	Presença de material arqueológico
S18	526.512m	7.883.798m	Presença de material arqueológico, sem coleta
S19	526.615m	7.883.815m	Ausência de material arqueológico
S20	526.847m	7.883.805m	Presença de material arqueológico
S21	526.864m	7.883.843m	Ausência de material arqueológico
S22	526.860m	7.883.862m	Presença de material arqueológico
S23	526.863m	7.883.867m	Presença de material arqueológico
S24	526.866m	7.883.869m	Presença de material arqueológico
S25	526.866m	7.883.873m	Presença de material arqueológico
S26	526.858m	7.883.886m	Presença de material arqueológico
S27	526.505m	7.883.989m	Presença de material arqueológico
S28	526.520m	7.884.006m	Presença de material arqueológico
S29	526.493m	7.884.963m	Presença de material arqueológico
S30	526.489m	7.884.955m	Presença de material arqueológico
S31	526.487m	7.884.945m	Presença de material arqueológico
S32	526.488m	7.884.929m	Ausência de material arqueológico
S33	526.494m	7.884.919m	Presença de material arqueológico
S34	526.527m	7.884.019m	Ausência de material arqueológico
S35	526.537m	7.884.036m	Ausência de material arqueológico
S36	526.557m	7.884.051m	Ausência de material arqueológico
S37	526.585m	7.884.069m	Ausência de material arqueológico
S38	526.598m	7.884.077m	Ausência de material arqueológico
S39	526.634m	7.884.097m	Ausência de material arqueológico
S40	526.669m	7.884.095m	Ausência de material arqueológico
S41	526.700m	7.884.098m	Ausência de material arqueológico
S42	526.771m	7.884.070m	Ausência de material arqueológico
S43	526.818m	7.884.037m	Ausência de material arqueológico

Quadro 3 (continuação) – Distribuição dos furos de sondagem (S) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Furo de sondagem</i>	<i>Furo de sondagem</i>	<i>Furo de sondagem</i>	<i>Furo de sondagem</i>
S44	526.848m	7.884.016m	Ausência de material arqueológico
S45	526.838m	7.884.004m	Ausência de material arqueológico
S46	526.869m	7.883.929m	Ausência de material arqueológico
S47	526.867m	7.883.902m	Ausência de material arqueológico
S48	526.655m	7.883.908m	Ausência de material arqueológico
S49	526.665m	7.883.904m	Ausência de material arqueológico
S50	526.677m	7.883.899m	Ausência de material arqueológico
S51	526.680m	7.883.905m	Ausência de material arqueológico
S52	526.853m	7.883.798m	Ausência de material arqueológico
S53	526.843m	7.883.797m	Ausência de material arqueológico
S54	526.841m	7.883.798m	Ausência de material arqueológico
S55	526.843m	7.883.807m	Ausência de material arqueológico
S56	526.833m	7.883.884m	Presença de material arqueológico, sem coleta
S57	526.824m	7.883.877m	Presença de material arqueológico
S58	526.787m	7.883.902m	Ausência de material arqueológico
S59	526.753m	7.883.920m	Presença de material arqueológico
S60	526.740m	7.883.928m	Presença de material arqueológico
S61	526.686m	7.883.939m	Ausência de material arqueológico
S62	526.648m	7.883.953m	Presença de material arqueológico, sem coleta
S63	526.605m	7.883.975m	Presença de material arqueológico
S64	526.556m	7.883.993m	Ausência de material arqueológico
S65	526.527m	7.883.983m	Ausência de material arqueológico

Os cortes de verificação (CV) (Quadro 4) são intervenções de pequeno porte com a intenção de delimitar com exatidão a presença das *manchas pretas* do sítio, na tentativa de delimitar a extensão da área do “círculo” da aldeia, além de verificar as concentrações de vestígios arqueológicos dentro dessa área.

Quadro 4 – Distribuição dos cortes de verificação (CV) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Corte de verificação</i>	<i>UTM (E)</i>	<i>UTM (N)</i>	<i>Dimensões (z x y x h)</i>	<i>Descrição sumária</i>
CV ₁	526.770m	7.883.760m	1m x 1m x 20cm	Material cerâmico (parede e borda), associados ao lítico (detrito e núcleo globular)
CV ₂	526.764m	7.883.762m	1m x 1m x 50cm	Um fragmento cerâmico
CV ₃	526.805m	7.883.774m	1m x 1m x 50cm	Ausência de material arqueológico
CV ₄	526.779m	7.883.764m	1m x 1m x 50cm	Um vestígio arqueológico
CV ₅	526.760m	7.883.776m	1m x 1m x 50cm	Ausência de material arqueológico
CV ₆	526.764m	7.883.849m	1m x 1m x 70cm	Ausência de material arqueológico
CV ₇	526.795m	7.883.855m	1m x 1m x 50cm	Ausência de material arqueológico
CV ₈	526.795m	7.883.835m	1m x 1m x 60cm	Ausência de material arqueológico
CV ₉	526.795m	7.883.815m	1m x 1m x 60cm	Ausência de material arqueológico
CV ₁₀	526.795m	7.883.795	1m x 1m x 50cm	Ausência de material arqueológico
CV ₁₁	526.775m	7.883.835m	1m x 1m x 70cm	Ausência de material arqueológico
CV ₁₂	526.775m	7.883.815m	1m x 1m x 50cm	Ausência de material arqueológico
CV ₁₃	526.775m	7.883.795m	1m x 1m x 60cm	Ausência de material arqueológico
CV ₁₄	526.760m	7.883.795m	1m x 1m x 50cm	Ausência de material arqueológico
CV ₁₅	526.760m	7.883.815m	1m x 1m x 70cm	Ausência de material arqueológico

Quadro 4 (continuação) – Distribuição dos cortes de verificação (CV) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

| <i>Corte de verificação</i> |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|---|
| CV16 | 526.760m | 7.883.835m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV17 | 526.764m | 7.883.745m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV18 | 526.785m | 7.883.745m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV19 | 526.785m | 7.883.755m | 1mx1mx60cm | Ausência de material arqueológico |
| CV20 | 526.779m | 7.883.780m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV21 | 526.592m | 7.883.979m | 1mx1mx20cm | Materiais cerâmicos e líticos |
| CV22 | 526.626m | 7.883.976m | 1mx1mx30cm | Presença de fragmentos cerâmicos |
| CV22a | 526.627m | 7.883.978m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, sem coleta |
| CV22b | 526.630m | 7.883.981m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV23 | 526.641m | 7.883.968m | 1mx1mx30cm | Materiais cerâmicos e líticos |
| CV24 | 526.655m | 7.883.962m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV25 | 526.738m | 7.883.931m | 1mx1mx20cm | Presença de fragmentos cerâmicos |
| CV26 | 526.758m | 7.883.921m | 1mx1mx20cm | Presença de materiais cerâmicos e líticos |
| CV27 | 526.782m | 7.883.914m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV28 | 526.797m | 7.883.913m | 1mx1mx20cm | Presença de materiais cerâmicos e líticos |

Quadro 4 (continuação) – Distribuição dos cortes de verificação (CV) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

| <i>Corte de verificação</i> |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|
| CV29 | 526.823m | 7.883.908m | 1mx1mx20cm | Ausência de material arqueológico |
| CV29a | 526.820m | 7.883.907m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, sem coleta |
| CV30 | 526.836m | 7.883.885m | 1mx1mx20cm | Presença de fragmentos cerâmicos |
| CV31 | 526.853m | 7.883.854m | 1mx1mx20cm | Presença de materiais cerâmicos e líticos |
| CV32 | 526.861m | 7.883.815m | 1mx1mx20cm | Presença de fragmentos cerâmicos |
| CV33 | 526.719m | 7.883.726m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV33a | 526.611m | 7.883.725m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, sem coleta |
| CV34 | 526.705m | 7.883.728m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, sem coleta |
| CV35 | 526.642m | 7.883.727m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV36 | 526.603m | 7.883.737m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV36a | 526.599m | 7.883.739m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV37 | 526.583m | 7.883.750m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV38 | 526.550m | 7.883.729m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |

Quadro 4 (continuação) – Distribuição dos cortes de verificação (CV) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

| <i>Corte de verificação</i> |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|
| CV39 | 526.578m | 7.883.747m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, sem coleta |
| CV40 | 526.587m | 7.883.750m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV41 | 526.569m | 7.883.758m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV42 | 526.556m | 7.883.767m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV43 | 526.553m | 7.883.769m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV44 | 526.509m | 7.883.787m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV45 | 526.561m | 7.883.793m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV46 | 526.484m | 7.883.812m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV47 | 526.465m | 7.883.819m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV48 | 526.445m | 7.883.828m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |

Quadro 4 (continuação) – Distribuição dos cortes de verificação (CV) executados no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

| <i>Corte de verificação</i> |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|
| CV49 | 526.429m | 7.883.843m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV50 | 526.424m | 7.883.849m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV51 | 526.417m | 7.883.877m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV52 | 526.439m | 7.883.882m | 1mx1mx50cm | Ausência de material arqueológico |
| CV53 | 526.431m | 7.883.866m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV54 | 526.431m | 7.883.857m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV55 | 526.439m | 7.883.907m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, em área de mancha preta |
| CV56 | 526.435m | 7.883.936m | 1mx1mx50cm | Presença de material arqueológico, sem coleta |

As trincheiras (T) (Quadro 5) são intervenções de grande e médio porte, realizadas logo nas primeiras campanhas no sítio, quando ainda não se sabia a extensão total do sítio; tiveram como objetivo evidenciar vestígios arqueológicos e encontrar novas evidências para comprovar ou refutar a hipótese inicialmente levantada da presença *manchas pretas* como indicadores de estruturas habitacionais e ação antrópica sobre o espaço.

Quadro 5 – Distribuição de trincheiras (T) executadas no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Tincheira</i>	<i>UTM (E)</i>	<i>UTM (N)</i>	<i>Dimensões (z x y x h)</i>	<i>Descrição sumária</i>
T ₁	526.768m	7.883.756m	2mx50cm(L/O)x40cm	Presença de vestígios na superfície e até a profundidade de 10cm
T ₂	526.668m	7.883.756m	2mx50cm(L/O)x50cm	Presença de vestígios na superfície e até a profundidade de 10cm

As áreas de escavação (AE) se configuraram em intervenções de médio e grande porte, com o intuito de evidenciar de forma tridimensional o registro de algumas das estruturas habitacionais que foram selecionadas para escavação. As áreas de escavação foram delimitadas por quadriculamentos identificados alfanumericamente, dentro do quadriculamento geral do sítio Jaguarundi.

Quadro 6 – Distribuição das áreas de escavação (AE) executadas no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Área de escavação</i>	<i>UTM (E)</i>	<i>UTM (N)</i>	<i>Dimensões (z x y x h)</i>	<i>Descrição sumária</i>
AE ₁	526.860m	7.883.795m	2mx1mx40cm	Presença de vestígios em superfície e em subsuperfície até 10cm
AE ₂	526.684m	7.883.730m	2mx2mx30cm	Presença de vestígios em superfície e em subsuperfície até 10cm
AE ₃	526.492m	7.883.972m	60mx60mx40cm	Subdividido em quadrículas de 2m ² , com presença de vestígios em superfície e em subsuperfície até 20cm

Quadro 6 (continuação) – Distribuição das áreas de escavação (AE) executadas no sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

| Área de escavação |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--|
| AE4 | 526.539m | 7.883.770m | 2mx2mx50cm | Presença de vestígios em superfície e em subsuperfície até 20cm |
| AE5 | 526.857m | 7.883.821m | 10mx10mx30cm | Demitada na direção N/S – L/O com subdivisão de quadriculas de 2m em 2m, com presença de vestígios em superfície e em subsuperfície até 30cm |
| AE6 | 526.608m | 7.883.976m | 4mx2mx35cm | Presença de vestígios em superfície e em subsuperfície até 35cm |
| AE7 | 526.768m | 7.883.720m | 6mx8mx40cm | Presença de vestígios em superfície e em subsuperfície até 20cm |

A AE1 foi aberta com 2m de comprimento e 1m de largura, em área que apresentou coloração diferenciada do solo, posteriormente confirmada como *mancha preta*, apresentou testemunhos cerâmicos e líticos na profundidade de 0 a 10cm, camada artificial, denominada nível 1 (N1). A profundidade da área escavada chegou a 40cm, mas não foi encontrado nenhum outro tipo de material abaixo dos 10cm (Martins, 2008a).

De acordo com Martins (2008a), a AE2 foi executada com 2m de comprimento e 2m de largura, em área de *mancha preta*, confirmou-se presença de material arqueológico, evidenciado por fragmentos cerâmicos e um único material lítico, dispostos na camada, delimitada artificialmente, de 0 a 10cm (N1); a escavação atingiu até 30cm de profundidade, mas em nenhuma camada abaixo de 10cm foi constatada a presença de material arqueológico.

A AE₃ foi demarcada por um quadriculamento geral de 60m², sendo esse quadriculamento subdividido posteriormente em quadriculas de 2m². A área foi empregada como espaço habitacional, evidenciado pela coloração, de origem antrópica, do solo. A escavação ocorreu até a profundidade de 40cm, mas o estrato arqueológico se apresenta somente na camada de 0 a 10cm de profundidade.

Foram evidenciados no local material de origem cerâmico, identificados por: rodela de fuso e, paredes e bordas de vasilhames); material lítico: rochas usadas na delimitação das estruturas de combustão, lascas, seixos rolados utilizados como matéria-prima e para o alisamento de vasilhames cerâmicos, lâmina-de-machado lascada, fragmento de lâmina-de-machado polida; material originário dos processos de cocção: cinzas, solo queimado, carvão vegetal, sempre associados a material cerâmico e lítico (Martins, 2008a).

Todas as quadriculas escavadas evidenciaram material arqueológico, sendo sempre em maior quantidade os fragmentos cerâmicos, constando-se a associação destes últimos com objetos líticos e locais de atividade de produção e uso do fogo. Essas estruturas para uso do fogo apresentam mancha de coloração diferenciada (solo queimado), e grânulos de carvão vegetal, parcialmente oxidados (Martins, 2008a).

Para a abertura da AE₄ foram delimitados 2m de comprimento por 1m de largura. O solo apresentou evidências de antropização, sinalizada pela variação da cor do latossolo vermelho-escuro por uma cor preta, configurando a área como sendo de a de uma antiga cabana. O material evidenciado apresentou de forma vertical e com fragmentos irregulares, de modo a sugerir uma intervenção antrópica que descontextualizou a disposição estratigráfica dos vestígios arqueológicos, provavelmente aragem do solo para o plantio de capim (Martins, 2008a).

Atingiu-se com a escavação, a profundidade de 50cm, sendo que material cerâmico (parede e borda), lítico (lasca, estilha de lascamento e detritos do processo de cocção) e outros elementos das estruturas de cocção (solo queimado e grãos de carvão vegetal) foram encontrados nas camadas artificiais de 0 a 10cm (N₁) e de 10 a 20cm (N₂), nas camadas inferiores a essas o solo era estéril arqueologicamente. (Martins, 2008a).

Para a AE₅ foi delimitado um quadriculamento geral (direção N/S – L/O) de 10m por 10m (Martins, 2008a), com quadriculas subdivididas de 2m em 2m, e escavada até 30cm, abaixo dessa profundidade não foi encontrado nenhum indício de

vestígios humanos (isso foi verificado pela abertura de dois cortes de verificação dentro da AE5, que chegaram até 50cm de profundidade). Os ataques horizontais na camada de 0 a 10cm (N1) evidenciaram a presença de material cerâmico e lítico, além da delimitação da área de uma *mancha preta*. Na camada artificial que abrange a verticalidade dos estratos entre 10 a 20cm (N2), foi evidenciada a deposição de material arqueológico, de origem lítica e cerâmica. No nível 3 (N3, 20-30cm de profundidade) encontrou-se uma grande quantidade de material cerâmico (borda, parede e base), material lítico (lascado, lascas diversificadas, e polido, alisador), estruturas de combustão (material lítico com marcas de fogo, resíduos de carvão vegetal, solo queimado).

E, ainda, foram evidenciados, na camada N3 da AE5, material ósseo (fragmento de vértebra de mamífero de médio porte) e material malacológico (Cf. *Megalobulimus*).

Para a AE6, foi delimitada uma área de 4m de comprimento por 2m de largura, as quadrículas foram divididas de 1m em 1m. A área de escavação em questão apresentou ação antrópica, com origem nas atividades de plantio e aragem do solo atuais e, ação natural, por cupins e raízes, essas alterações são demonstradas pela verticalidade de deposição dos vestígios e fragmentação incomum dos cacos cerâmicos. Foram evidenciados elementos cerâmicos e líticos para as camadas de 0 a 10cm (N1), de 10 a 20cm (N2), de 20 a 30cm (N3) e de 30 a 40cm (N4). Na N3, foram observadas estruturas de cocção, representadas por rochas utilizadas para delimitação das áreas de fogueiras, a identificação de solo queimado, resíduos de carvão vegetal.

Apesar de a profundidade escavada chegar a 40cm, os materiais arqueológicos desaparecem depois dos 35cm, sendo assim a N4 (30-40cm) é marcada pela presença de fragmentos cerâmicos e líticos dos 30cm aos 35cm. Ainda, nessa camada foram evidenciados vestígios de arqueofauna (mandíbula de cervídeo, maxilar e mandíbula de capivara, Cf., vértebras de tapirídeo, osso longo de ave, fragmentos ósseos de mamíferos, ulna de dasípode, osso da pata de artiodactila e fêmur de cervídeo) e malacofauna (*Megalobulimus*, *Aylacostoma* sp.).

Na AE7, foi demarcada, dentro do quadriculamento geral, uma área a ser escavada com medidas de 6m de comprimento por 8m de largura (Martins, 2008a); subdividido, posteriormente, para coleta e interpretação dos vestígios, em quadrículas de 1m de comprimento por 1m de largura.

O local onde se encontrava a AE7 havia sido recentemente arado à época da pesquisa de campo, deste modo o solo arqueológico que deveria atingir 40cm de profundidade, teve sua camada superior até 20cm revolvidas pelas lâminas do arado, descontextualizando o material que se encontrava nessa profundidade, sendo assim, a escavação se dá após uma raspagem do solo antropizado, resultando na escavação de duas camadas artificiais inferiores que não sofreram alteração (tendo como referência o solo já raspado: N₁, 0-10cm e, N₂, 10-20cm).

Na camada N₁ foi evidenciada uma fogueira circular central, marcada pelo solo queimado e endurecido pelas atividades de cocção, evidência de grânulos de carvão vegetal e cinzas, além da presença de restos alimentares (animais de pequeno e médio porte e, conchas e caramujos), material cerâmico e lítico.

Na camada escavada de 10 a 20cm de profundidade, foram evidenciados fragmentos de vasilhames cerâmicos, peças líticos e rochas de fogueira. No local da estrutura de combustão podem ser evidenciados os mesmos elementos encontrados na área de fogueira da camada N₁. Foram também evidenciados dois elementos pouco comuns de serem encontrados, resina e coprólito.

Foram abertos, dentro da área de escavação 7, dois cortes de verificação de 1m de largura por 1m de comprimento, que atingiram a profundidade de 40cm. Os cortes não identificaram nenhum tipo de material arqueológico após os 20cm de profundidade, tendo como base a área com a retirada da cobertura de solo revolvido.

E, ainda, foram abertos outros seis cortes de verificação nas imediações da AE7 para verificar a ausência ou presença de sepultamentos ou qualquer outro indício de deposição material humana fora das estruturas de habitação; esses cortes tiveram as seguintes dimensões: 1m (largura), 1m (comprimento) e 80cm (profundidade). Nenhum deles evidenciou nenhum tipo de material em nenhuma profundidade (Martins, 2008a).

A AE7 apresentou a disposição da totalidade de vestígios arqueológicos depositados em uma *mancha preta*, deste modo a intervenção realizada nesse espaço, cobriu toda a área da cabana, tanto horizontalmente quanto verticalmente.

As intervenções realizadas no sítio Jaguarundi auxiliaram no entendimento do contexto deposicional da aldeia, dando informações relevantes para a composição do quadro estrutural do assentamento.

Cronologia do assentamento

Para a obtenção de idades, foram coletadas na prática de campo amostras de cerâmica, de restos ósseos e de carvão com a intenção de serem processadas datações absolutas com o intuito de fornecer datas para esse assentamento humano pretérito em questão. Foram processadas 9 datações (Quadros 8 e 9) e, ainda coletados outras amostras para datações futuras (Quadro 7).

Quadro 7 – Amostras coletadas para datações absolutas, ainda não processadas
(Martins, 2008a)

<i>Tipo da amostra</i>	<i>Localização</i>	<i>Quadrícula</i>	<i>Nível estratigráfico</i>	<i>Profundidade</i>
Carvão vegetal	AE5	7/8C	2	10/20cm
Cerâmica	AE5	6/8C	3	25cm
Osso	AE5	6/8B	3	25cm
Cerâmica	AE5	6/8D	3	20/30cm
Cerâmica	AE5	6/8E	3	20/30cm
Osso	AE5	6/8E	3	20/30cm
Cerâmica	AE5	E6	2	10/20cm
Cerâmica	CV1	-	-	10/20cm
Cerâmica	AE5	B6	3	30/40cm

As amostras 9, do sítio, foram processadas pela Prof^a Dr^a Sônia Hatsue Tatumi, do Laboratório de Vidros e Datação da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (LDV/FATEC-SP), por meio do emprego de dois métodos de datação absoluta: Termoluminescência (TL) e Luminescência opticamente estimulada (LOE), a primeira para a datação dos materiais cerâmicos e, a segunda, para datação de carvão vegetal (Quadro 8).

As datações por TL e LOE tiveram para seus cálculos uma aproximação da dose anual de radiação incidente no sítio, já que não existiu a possibilidade de instalação *in loco* de um dosímetro para obtenção dos dados de radiação ionizante, isso resulta no aumento das margens de erro das datas finais.

Quadro 8 – Distribuição das amostras e resultados das datações absolutas do sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Identificação da amostra</i>	<i>Localização</i>	<i>Tipo de material</i>	<i>Idade (AP)</i>
SRV-C ₂ – AE ₅	Quadrícula E6/8 (30 de profundidade)	Cerâmico	390±90
SRV-C ₅ – AE ₅	Quadrícula B6 (30/40cm de profundidade)	Cerâmico	420±90
SRV-C ₆ – AE ₅	Quadrícula E6 (20/30cm de profundidade)	Cerâmico	900±180
SRV-C ₇ – AE ₅	Quadrícula C6 (30/40cm de profundidade)	Cerâmico	500±100
SRV-CV ₁ – AE ₅	Quadrícula C7/8 (20cm de profundidade)	Carvão	1.100±200
SRV-C ₁ – CV ₁	CV ₁ (10cm de profundidade)	Cerâmico	400±50
SRV-CV ₂ – AE ₁	CV ₂ (10cm de profundidade)	Carvão associado a sedimento e material cerâmico	1.500±360
SRV-C ₄ – AE ₃	Quadrícula B ₁ (10cm de profundidade)	Cerâmico	820±180
SRV-C ₃ – AE ₄	Quadrícula A ₁ (10/20cm de profundidade)	Cerâmico	600±120

Para a região do sudoeste goiano são apresentadas datações absolutas de aldeias de agricultores-ceramistas, consideradas pela literatura fonte como sendo pertencentes à tradição Aratu. Segundo Wüst (1999) existem mais de 600 sítios a céu-aberto, e desses existem 158 que podem ser considerados aldeias circulares de diferentes tradições cerâmicas variadas (de acordo com a classificação pronapiana) na região do Brasil Central.

As datas existentes para aldeias circulares similares ao sítio Jaguarundi e oriundas da região do sudoeste goiano e proximidades, são apresentadas na seqüência:

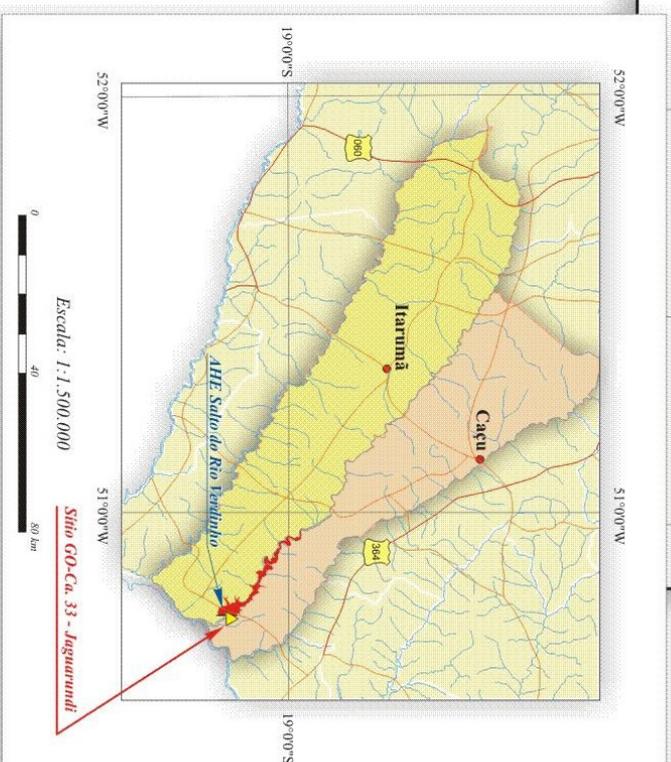
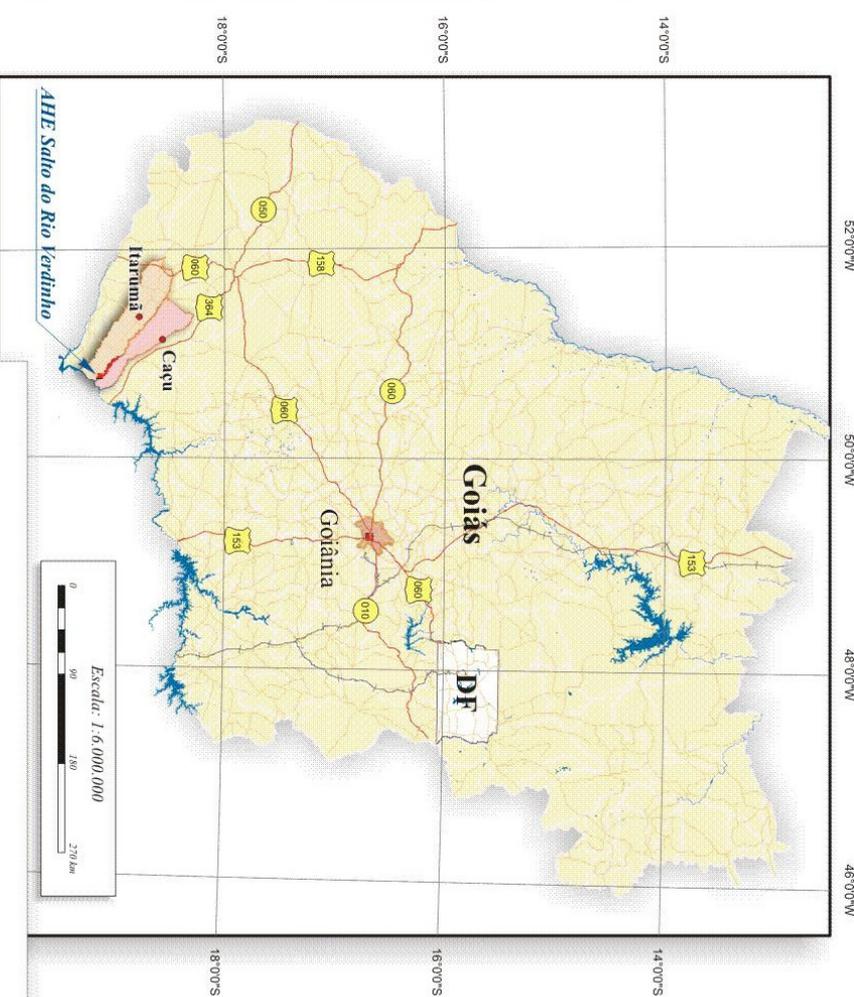
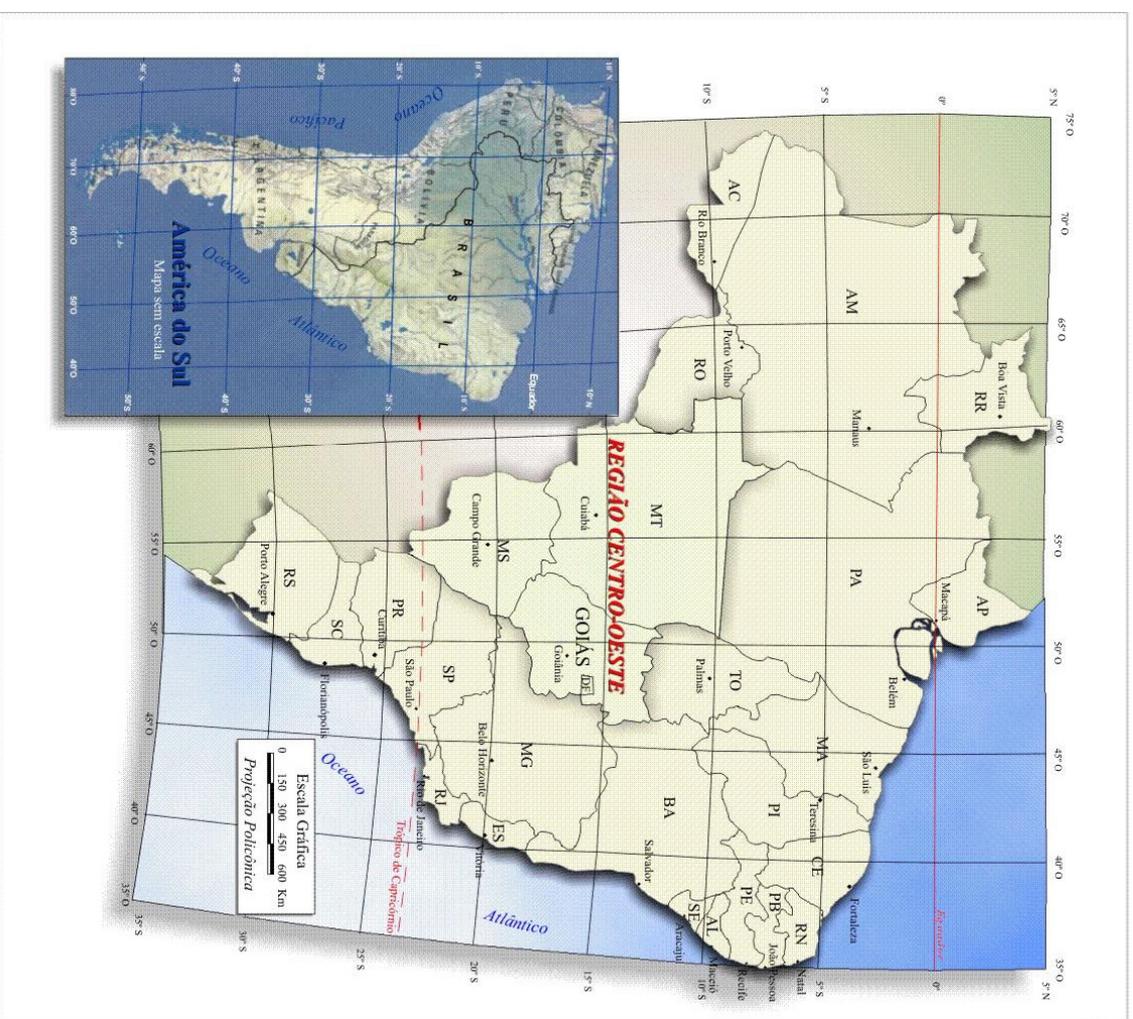
Quadro 9 – Datações existentes para aldeias circulas na região do sudoeste goiano e proximidades (Wüst, 1999; Martins, 2008a)

<i>Sigla do sítio</i>	<i>Idade (AP)</i>	<i>Referência bibliográfica</i>
GO-Ni.182	>2000	Martins, 1999
GO-RV.02	1779±170	Andreatta, 1988
	1120±90	
	1090±100	
	980±100	
GO-Cp.02	1140±90	Schmitz, 1977/77
	1070±105	
GO-Ju.04	960±75	
GO-Ca.01	895±90	
GO-RV.13	775±60	Andreatta, 1988
GO-Ca.11	480±50	Mello, 1996

As datações calibradas referentes ao sítio Jaguarundi, apresentaram as seguintes datas:

Quadro 10 – Distribuição temporal do sítio Jaguarundi (Martins, 2008a)

<i>Idade (AP)</i>	<i>Idades para mais ou para menos (±)</i>	<i>Anos da nossa</i>	<i>Séculos da nossa</i>
	<i>AP</i>	<i>era</i>	<i>era</i>
1.500±360	1.860±1.140	90±180	I±IX
1.100±200	1.300±900	650±1.050	VII±XI
900±180	1.080±720	870±1.230	IX±XIII
820±180	1.000±640	950±1.310	X±XIV
600±120	720±480	1.230±1.470	XIII±XV
500±100	600±400	1.350±1.550	XIV±XVI
420±90	510±330	1.440±1.620	XV±XVII
390±90	480±300	1.470±1.650	XV±XVII
400±50	450±350	1.500±1.600	XVI±XVII



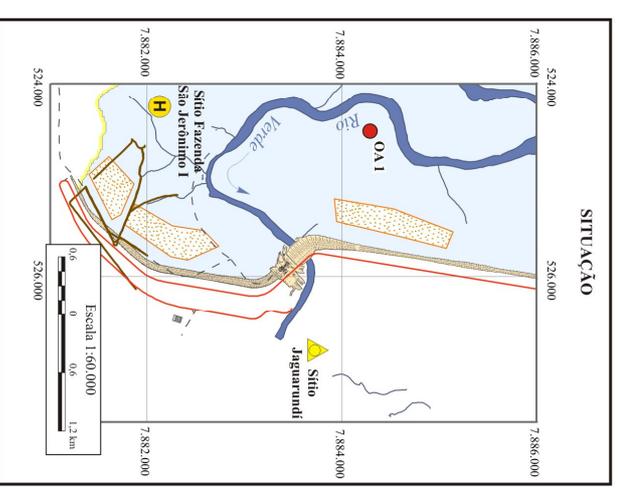
Produção : Museu Antropológico da UFG
 Laboratório de Arqueologia
 Setor de Geoprocessamento

Sítio Jaguarundi GO-Ja.33

Planta Geral

LEGENDA

- Corte de verificação
- Trincheiras
- Furos de sondagem
- Área de escavação
- Marchais
- Pontos georreferenciados



Projeção Universal Transversa de Mercator

Escala 1:5.000



Datum Horizontal - SAD 69 - Datum Vertical - Margem de Inútilidade
Fuso 23 - Meridiano Central - 51° W
Fonte - Ortofotograma do reservatório do AHE Verdinho, AEROSAT - Análise de Engenharia e Acoltamento Ltda. Escala 1:5.000 - junho/2003.

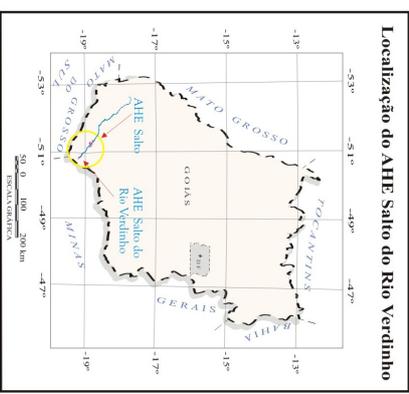
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
MUSEU ANTROPOLÓGICO
Projeto AHE Salto do Rio Verdinho
P4-SALV-SRV

Local: Fazenda Buenavista
Proprietário: Ademar Pereira dos Santos
Município: Caçu - GO

Arquitetônico: Eliana Garcia Martins - Arquitetoga
Cartográfica: Sílvia R. X. de Souza - Eng. Cartógrafa
Topográfica: Bolívar Quirino Martins - Téc. Agrimensura
Data - Levantamento topográfico: 19/01/2007
Data - Edição Cartográfica: 05/09/2007

GEOMORFOLOGIA

AHE SALTO DO RIO VERDINHO



Localização do AHE Salto do Rio Verdinho

LEGENDA

- Planoalto Setentrional da Bacia do Paraná
- C1 Modelado do relevo (formas com exca e tabulares)
- Limite da Área de Entorno (AE)
- Área Diretamente Afetada (ADA)
- Drenagem perene
- Drenagem intermitente
- Lago ou lagoa perene
- Lago ou lagoa intermitente
- Sítio, casa ou catarama
- Ponto cotado

Intensidade de aprofundamento da drenagem

Dimensão interfluvial (em metros)	>250m	175-250m	125-175m	75-125m	25-75m
Muito fina	21	31	41	51	51
Fina	22	32	42	52	52



FONTE:

IBGE - Censos Demográficos, escala 1:100.000.
 Mapa - Folha SE-22-Y-B-VI.1975.
 São Domingos - Folha SE-22-Z-C-1.1970.
 Cachoera Alta - Folha SE-22-Z-A-IV.1973.
 Cachoera - Folha SE-22-Y-D-III.1974.
 CTE/THEMAG, Aproveitamento Hidrelétrico Salto do Rio Verdinho - Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Mapa geomorfológico. Escala 1:100.000, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
 MUSEU ANTROPOLÓGICO
 LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA
 Projeto Básico Ambiental (PBA)
 dos AHE's Salto e Salto do Rio Verdinho

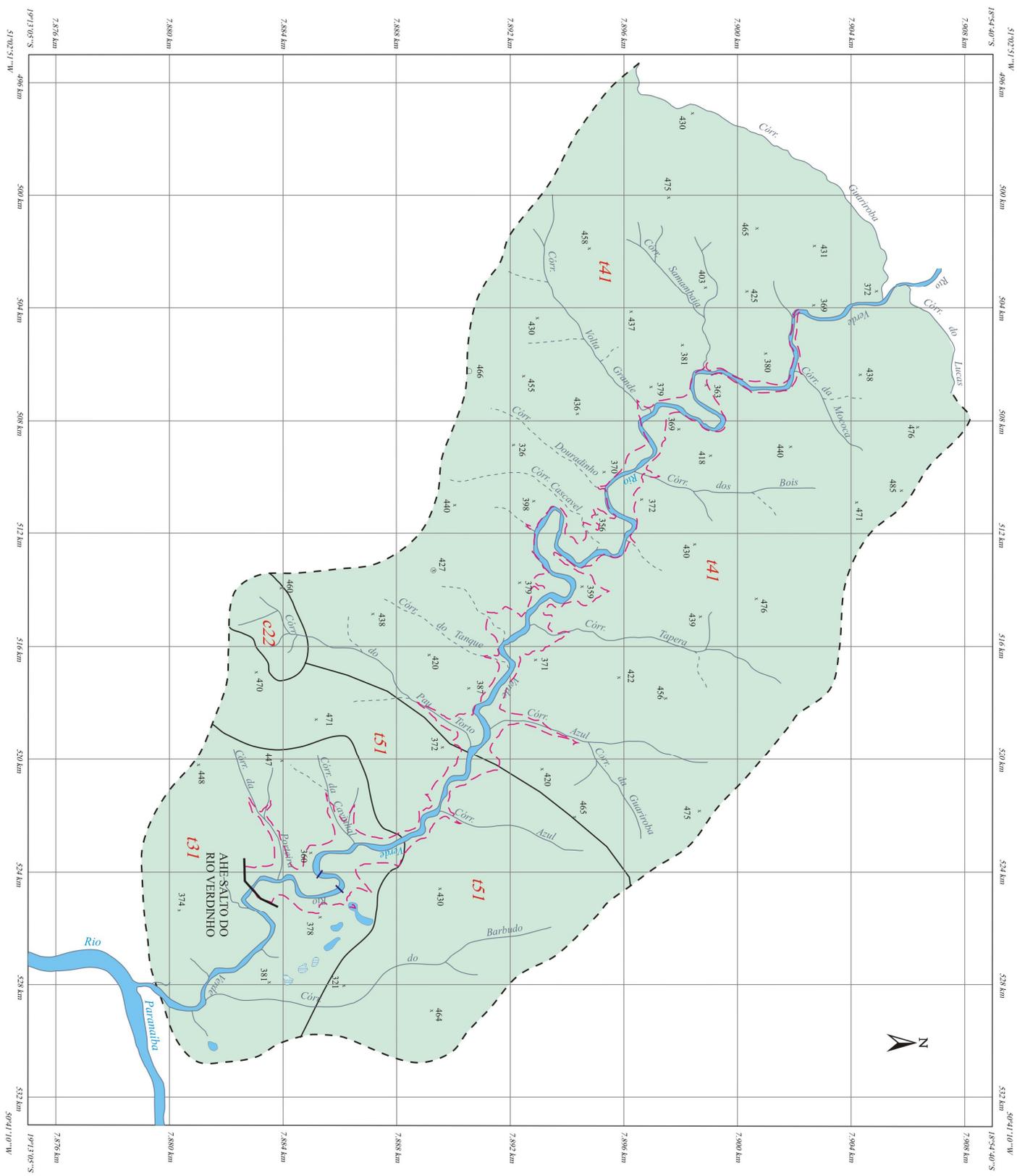


FIGURA 9